

2019

▶▶▶▶ *Balanço Geral*

 **UM ESPÍRITO SANTO
QUE INOVA PARA
VOCÊ VIVER MELHOR**





apresentação

PALÁCIO ANCHIETA



O presente relatório elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), por intermédio da Subsecretaria do Tesouro Estadual, na condição de órgão responsável pela elaboração do Balanço Geral, tem por objetivo evidenciar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial dos poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nessa perspectiva, são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais

como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº TC-43, de 5 de dezembro de 2017, que disciplina a remessa de informações e demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES).



GOVERNADOR DO ESTADO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORA

Jaqueline Moraes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Rogelio Pegoretti Caetano Amorim

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

Bruno Pires Dias

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA

Sérgio Pereira Ricardo

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Fábio Gomes de Aguiar

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Alan Johanson

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

SUBGERÊNCIA DE ANÁLISE E MONITORAMENTO CONTÁBIL

Ademir Boone Corsini - Subgerente

Eduardo Paulo Virginíssimo

Gustavo Alves Tófoli

Silvia Salomão Zanotti

SUBGERÊNCIA DE GESTÃO DO SISTEMA DE FINANÇAS PÚBLICAS

Gilmar Hartwig - Subgerente

Adriana Furtado dos Santos

Gilmar Ritter

Juraci Domingos da Silva

Kamila Sousa Barnabé Fedeszen

SUBGERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTOS

Henrique Simberg Valinhos - Subgerente

Bruno Silva Martins Ferreira

Mafalda Asilvera

Sabrina Belmock Volponi

SUBGERÊNCIA DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

Eurico Roger dos Santos Lima - Subgerente

Haroldo Alvarenga

Leonardo de Albuquerque Moreira

Luciano Zucoloto Xavier

SISTEMAS/APOIO

Euzinéia Camargo Almeida



▶▶▶ **Nos meses iniciais de 2019, colocamos em operação um vasto programa de investimentos que alcança todas as regiões do Estado.**

Mensagem do **governador**

A VOLTA DOS INVESTIMENTOS

Quando iniciamos nosso trabalho à frente do Governo, tínhamos dois desafios que muitos viam como inconciliáveis. De um lado, era preciso cumprir o compromisso assumido com os capixabas de retomar os investimentos em obras de infraestrutura e ampliar o alcance e a qualidade dos serviços prestados à população. Do outro, não podíamos abrir mão da responsabilidade de manter o equilíbrio fiscal alcançado ainda em 2012 e que, desde então, vem garantindo ao Estado a nota A na classificação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Concluído o primeiro ano de gestão, demonstramos aos descrentes que, na administração pública, não

há nem pode haver dicotomia ou contradição entre investimento e equilíbrio das contas públicas. Ao contrário, os resultados apresentados deixam claro que o gestor responsável não pode encarar o rigor no controle dos gastos como fim em si mesmo, e sim tomá-lo como condição essencial para o investimento em obras e serviços.

Nos meses iniciais de 2019, colocamos em operação um vasto programa de investimentos que alcança todas as regiões do Estado. São estradas, escolas, unidades de saúde, instalações policiais, sistemas de saneamento e centros de atendimentos aos cidadãos, entre dezenas de novos projetos e obras que estavam paralisadas ou abandonadas. Em paralelo, investimos na ampliação e melhoria



dos serviços de saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana e proteção social, com a determinação, a criatividade e a urgência que essas áreas exigem. E tudo isso sem comprometer as contas estaduais.

Para alcançar esses resultados, não precisamos recorrer a truques ou milagres. Adotamos métodos inovadores na gestão do Estado, incorporamos tecnologia de ponta nos processos internos e na prestação dos serviços, fixamos parâmetros para a redução do custeio, aperfeiçoamos os mecanismos de arrecadação, solucionamos pendências judiciais que nos garantiram aumento de receita e trabalhamos sem descanso na captação de financiamentos e investimentos junto às mais diversas fontes. Desse modo, conseguimos reunir recursos suficientes para dar início ao maior programa de investimentos de toda a história capixaba. E ainda assim, fechamos o ano como o único Estado brasileiro a manter a nota "A" em gestão fiscal.

Ao iniciar um novo ano de trabalho, podemos comemorar o ambiente de sensibilidade e compromisso social, o respeito a contratos legitimamente firmados, a solidariedade institucional, o diálogo e a transparência dos atos e das decisões governamentais reestabelecida no Estado. Ambiente essencial para a retomada do crescimento econômico e para um salto de qualidade nas condições de vida da nossa população. Ainda há muito a ser feito, e tudo indica que enfrentaremos tempos difíceis neste segundo ano do mandato. Mas temos a convicção de que esse alicerce construído em estreita parceria com a sociedade capixaba é sólido o suficiente para nos garantir uma travessia segura no mar revolto que se anuncia.

Renato Casagrande

Governador



Mensagem do **secretário**

CRESCIMENTO ECONÔMICO COM INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Esforços concentrados do Governo do Estado em 2019 fizeram com que o Espírito Santo se tornasse referência nacional no campo fiscal, alcançando mais uma vez a nota A da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à Capacidade de Pagamento do Estado (CAPAG). O Estado foi também líder entre as unidades federativas com a melhor classificação no ranking de consistência de informações contábeis e fiscais.

Para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Estado de forma estratégica, técnica

e transparente, inovamos com a criação do Fundo Soberano, que, além de auxiliar na condução da política fiscal, contribuirá na geração de uma poupança intergeracional. Nossa preocupação é que a riqueza gerada hoje possa garantir o futuro do Estado com uma dependência menor do petróleo.

Também em 2019, em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), foi lançado o Programa de Concessões e Parcerias, que veio ao encontro da necessidade de acelerar o investimento em infraestrutura, como estradas, portos e saneamento. Com ele, vamos aumentar nossas entregas para a população, com maior produtividade e competitividade das obras e dos serviços públicos, dando mais eficiência e trans-

ITAÚNAS/ES



parência às iniciativas de concessões e parcerias no Estado.

O conjunto dessas e de outras ações em diversas áreas, com o zelo dos nossos servidores da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Economia e Planejamento, levaram o Governo do Estado a encerrar 2019 com um Resultado de Caixa superavitário de R\$ 1.631,2 milhão (mi). A despesa de caixa segue controlada e a de pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida (RCL) do Estado foi de 38,6%, ficando abaixo do limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 44,1%.

A boa gestão da dívida consolidada líquida sobre a receita corrente líquida, cujo comprometimento foi de 14,9%, merece destaque. Já os investimentos com recursos próprios passaram de R\$ 623,6 mi em 2018 para R\$ 678,6 mi em 2019. O total investido,

consideradas todas as fontes de recursos, subiu de R\$ 1.119,6 mi em 2018 para R\$ 1.136,4 mi em 2019.

O primeiro trimestre de 2020 chegou com desafios para a economia capixaba: as consequências das chuvas de janeiro, de forma especial no sul do Estado, os números negativos trazidos pela pandemia do novo Coronavírus, e a crise sem precedentes no setor do petróleo deixaram rastros que ainda vão perdurar por algum tempo. Porém esses percalços devem nos movimentar para a busca de mais avanços, alinhando sempre equilíbrio financeiro com responsabilidade social. Nosso norte está fincado em investimentos que vão ao encontro das necessidades da população. Uma boa leitura com olhar atento às contas, que devem ser acompanhadas por cada um de nós!

Rogelio Pegoretti

Secretário de Estado da Fazenda





sumário



9 AÇÕES DO GOVERNO

- 11 SAÚDE
- 14 EDUCAÇÃO
- 16 SEGURANÇA PÚBLICA
- 18 JUSTIÇA
- 19 ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
- 20 DESENVOLVIMENTO URBANO
- 21 MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA
- 23 EDIFICAÇÕES E RODOVIAS
- 25 AGRICULTURA
- 26 SANEAMENTO
- 27 MEIO AMBIENTE
- 29 CULTURA
- 30 ESPORTE
- 32 TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- 34 TRÂNSITO
- 35 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- 36 FINANÇAS
- 37 CONTROLE E TRANSPARÊNCIA
- 39 GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

41 GESTÃO FISCAL E CONTÁBIL

- 43 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
- 44 DADOS GERAIS
- 48 INDICADORES DO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO
- 49 LIMITE MÁXIMO DA DESPESA (TETO DE GASTOS)
- 50 CAPAG – NOTA A
- 51 RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
- 52 ATENDIMENTO AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS
- 53 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO
- 54 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

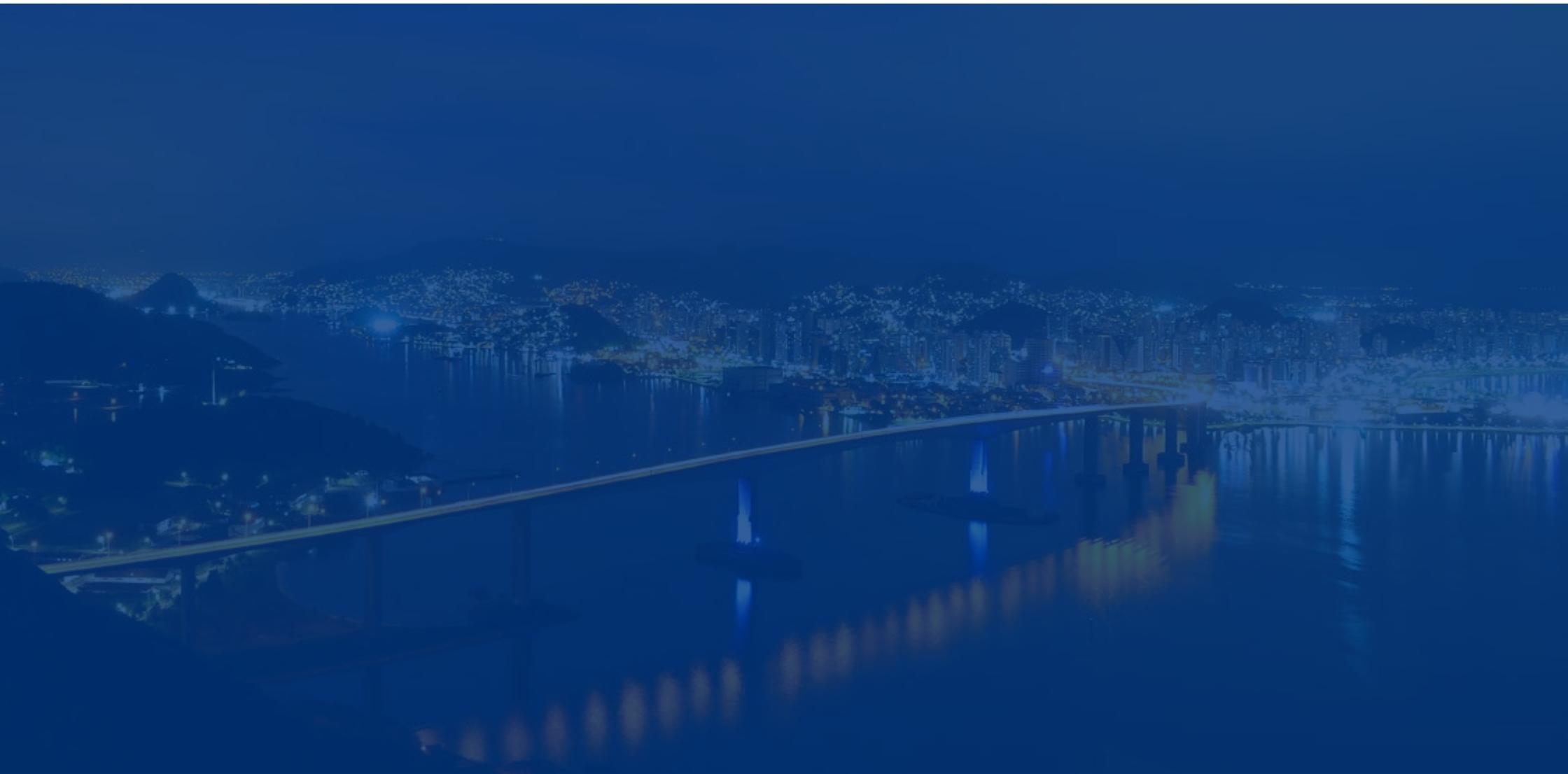
55 BASE DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 57 CONTEXTO OPERACIONAL
- 58 RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
- 58 BASE DE PREPARAÇÃO
- 60 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO
- 60 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

65 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Ações de
governo





Saúde

TRATAMENTO HUMANIZADO, EFICIENTE E RESOLUTIVO

A saúde capixaba vive um novo tempo com o lançamento do Programa Inova Saúde, um conjunto de políticas de inovação lançado no Espírito Santo pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA), que vai promover tratamento humanizado, eficiente e resolutivo para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

GESTÃO HOSPITALAR INOVADORA E TRANSPARENTE

Como parte do esforço inovador do Governo do Espírito Santo, foi criada a Fundação Estadual de Inovação em Saúde (INOVA Capixaba), que passará a gerir os hospitais públicos. O primeiro deles será o Bezerra de Farias, em Vila Velha, seguido de outros cinco. A fundação vai realizar concurso público para contratar profissionais, conforme o perfil assistencial de cada unidade.

ICEPI REESTRUTURA E QUALIFICA SAÚDE CAPIXABA

Com a criação do Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), uma das principais ações foi o Lançamento do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (Qualifica APS), que prevê a reestruturação da atenção em saúde no Estado, com o fortalecimento das gestões municipais. O Qualifica APS ofertou mais de 500 vagas para profissionais atuarem no aperfeiçoamento e na qualificação da APS. São 40 médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, que atuarão como supervisores, e 30 cirurgiões-dentistas e enfermeiros, que atuarão como tutores. Além desses, outros 482 profissionais integram o programa, sendo 253 médicos, 129 enfermeiros e cem cirurgiões-dentistas, que estão se especializando em APS e atuarão em equipes de Saúde da Família nos 76 municípios capixabas que aderiram ao programa.

Além das ações voltadas às áreas da formação profissional e do provimento, o Qualifica APS começou a desenvolver trabalhos na área de Tecnologia da Informação, como o projeto e-Saúde, que visa agilizar e qualificar o atendimento aos usuários do SUS. Foi implantado o e-SUS Vigilância em Saúde, que permite a comunicação imediata de agravos de saúde, tais como dengue, sarampo, tuberculose, diarreias, Covid-19 e outros.



SAÚDE FÁCIL OFERTA 87 MIL CONSULTAS

Para reduzir a demanda reprimida nos últimos anos por atendimento especializado, foi lançado o Programa Saúde Fácil e abertos editais para o credenciamento de instituições privadas interessadas. São mais de R\$ 2,6 milhões em investimento, para ofertar cerca de 87 mil consultas nas quatro regiões de saúde do Espírito Santo.

MAIS EFICIÊNCIA NA REGULAÇÃO DE INTERNAÇÕES

Melhorias no sistema de regulação permitiram, em 2019, um aumento no giro de leitos hospitalares, abrindo espaço para mais 21.819 internações e reduzindo em 12,5% o tempo de permanência em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Isso significou oferta de tratamento para 581 pacientes adicionais, ou o correspondente à construção de um setor de UTI com 19 leitos.

SAMU PARA TODOS

O acesso da população ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) foi ampliado com a instituição da Política Estadual para a Rede de Urgência e Emergência. Denominada SAMU para Todos, a iniciativa prevê o cofinanciamento do Estado para a implantação do serviço. Além de disponibilizar a infraestrutura das bases estrategicamente localizadas para contemplar os atendimentos na região, os municípios responderão por 40% dos custos como contrapartida. Atualmente, o SAMU atende a 56% da população. Com a adesão dos municípios, o serviço pode chegar a mais de 80% dos capixabas.

MUTIRÕES REALIZAM 552 PROCEDIMENTOS MENSAIS

Para reduzir a demanda por cirurgias eletivas, um mutirão atendeu a 3.747 pacientes em todas as regiões do Estado. Foram realizados, em média, cerca de 552 procedimentos por mês nas áreas de oftalmologia, angiologia e ginecologia, com investimento de quase R\$ 3 milhões, provenientes do Governo Federal, complementados pelo Estado para cobrir os custos de exames pré-operatórios.

INSTALAÇÕES ADEQUADAS PARA FARMÁCIAS CIDADÃS

A população da região Central que precisa ter acesso a medicamentos passou a contar com a 11ª unidade da Farmácia Cidadã, em Aracruz. A unidade de Linhares foi transferida para espaço mais amplo, oferecendo maior conforto para usuários e profissionais, além de capacidade física para armazenar os medicamentos. A de Venda Nova do Imigrante também mudou de local com o mesmo objetivo.

HOSPITAL DE CARIACICA COMEÇA A SAIR DO PAPEL

Foi lançado o edital para as obras de fundação do Hospital Geral de Cariacica. O investimento para essa fase é de, aproximadamente, R\$ 18 milhões em recursos próprios do Estado. O hospital será construído à margem da Rodovia Leste Oeste, no bairro Campo Belo, em área de 37 mil metros quadrados.

ATENDIMENTO ONCOLÓGICO E INFANTIL É REFORÇADO

O complexo oncológico do Hospital Evangélico de Vila Velha recebeu cerca de R\$ 12,5 milhões como reforço para a construção de um *bunker* subterrâneo e a implantação de um acelerador linear, dispositivo específico para o setor de radioterapia. Para o Hospital Materno Infantil da Serra, foram destinados R\$ 8,3 milhões, a serem empregados na compra de equipamentos, mobiliários, utensílios e materiais médico-hospitalares. A construção da maternidade está em andamento e deve ser concluída em 2020. Já as obras do novo setor de oncologia do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória foram



finalizadas, com investimento de R\$ 3,2 milhões do governo estadual e mais de R\$ 607 mil em doações.



NOVA SEDE PARA O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

A sede do Conselho Estadual de Saúde, em Vitória, foi toda reformada e conta agora com sala de reuniões para aproximadamente 60 pessoas, salas para os conselheiros e o secretário executivo e área destinada ao apoio administrativo, todas com novo mobiliário.



Educação

AMPLIAÇÃO DO ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Resultado do esforço que o Governo do Espírito Santo realiza para ampliar a oferta de vagas de ensino em tempo integral, foram implantados novos modelos para escolas rurais e a integração aos cursos técnicos. Foi criado também um segundo modelo de tempo integral para as escolas da rede pública estadual, com carga horária de sete horas diárias. Com isso, o Estado reúne agora

28 escolas com oferta de tempo integral, sendo dez delas com carga horária diária de 9,5 horas, 15 com carga horária de sete horas e integrada ao curso técnico, e três escolas rurais com carga horária de 9,5 horas. Também foi inaugurada a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Caeiras Velha, que oferece 138 vagas e é a primeira desse tipo implantada no Estado.

INVESTIMENTOS NA MELHORIA DA REDE FÍSICA

Como parte do Programa de Reestruturação da Rede Física Escolar, mais de cem obras foram autorizadas nas escolas estaduais, totalizando cerca de R\$ 25 milhões em investimentos. São obras de manutenção e conservação, reforma e ampliação, construção de quadras poliesportivas, entre outras frentes. Dentre as unidades contempladas estão a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Pinto Coelho, em Santa Teresa; a Escola Estadual José Giestas, em Afonso Cláudio; e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nestor Gomes, em São Mateus. Também foram investidos mais de R\$ 3,8 milhões em segurança com a aquisição, manutenção e instalação de itens pertinentes ao controle de acesso à escola, como fechaduras elétricas, automação dos portões e instalação de interfones, além da compra, manutenção e instalação de câmeras de videomonitoramento. Por fim, considerando a importância da tecnologia para o desenvolvimento da educação, as escolas da rede estadual receberam laboratórios móveis e quase mil *comebooks* para dinamizar ainda mais as aulas.



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÍMULO À PESQUISA

Para estimular a pesquisa científica aplicada em sala de aula, foi instituído o Programa de Qualificação Profissional em nível de pós-graduação, destinado aos servidores efetivos do magistério estadual. Na primeira fase, foram abertas 24 vagas para profissionais que estão cursando ou foram recém-aprovados em cursos de mestrado ou doutorado, profissional ou acadêmico, devidamente reconhecidos, avaliados e em consonância com a legislação em vigor. Mais de 26 mil professores da rede estadual receberam capacitação on-line e foi lançado, de forma inovadora, um programa de formação inicial para diretores escolares da rede pública estadual.

MAIS LIVROS PARA AS ESCOLAS

Foi assinada a repactuação do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) com quase todos os municípios capixabas. O programa prevê um acordo de cooperação técnica entre Estado e municípios, e o Governo do Espírito Santo respondeu com investimento de R\$ 1,4 milhão na aquisição de acervo bibliográfico para as escolas. Foram 42 mil exemplares, sendo dez acervos técnicos, dez de literatura infantil e 20 de literatura infanto-juvenil, distribuídos para 186 escolas estaduais e 1.274 municipais.





Segurança Pública

UM PROGRAMA EM DEFESA DA VIDA

Retomado em 2019, o programa Estado Presente tem como foco a redução dos índices de criminalidade, principalmente os crimes contra a vida. Com atuação importante nas áreas de vulnerabilidade social e ações poli-

ciais baseadas em inteligência, o programa permitiu ao Estado uma redução de 11,8% no índice de homicídios em relação a 2018. Pela primeira vez, desde 1993, o Espírito Santo teve menos de mil homicídios no período de um ano, registrando 978 casos. A área de atuação do Estado Presente está distribuída por 43 territórios, sendo 22 na Região Metropolitana e 21 nas demais regiões capixabas, totalizando 140 bairros. Seu modelo de gestão é baseado em indicadores e metas que permitem ao governo mensurar os resultados dos projetos e das ações em três níveis de gestão: estratégica, tática e operacional. As áreas prioritárias de ação abrangem dez municípios que registraram 72% dos homicídios ocorridos nos últimos quatro anos: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari, na Região Metropolitana; Linhares, São Mateus, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz, no interior do Estado.

MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA AS POLÍCIAS

Para melhorar as condições de trabalho dos policiais, foram concluídas as obras de manutenção e a reforma de 16 unidades da Polícia Militar, totalizando quase R\$ 3,3 milhões. Outro importante investimento foi realizado no Hospital da Polícia Militar (HPM), que passou por reforma em toda a parte elétrica, além da contratação de médicos e técnicos em enferma-

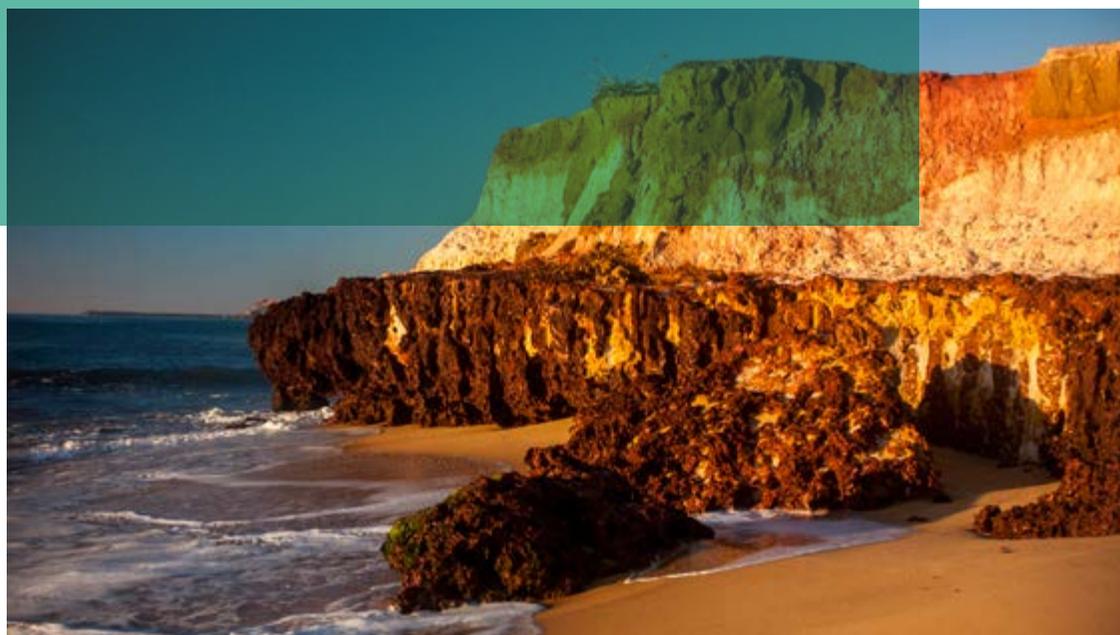
gem, com valor estimado de R\$ 1,9 milhão. Doze unidades da Polícia Civil receberam investimentos superiores a R\$ 2,2 milhões em obras de melhorias. Além disso, foram implantadas a Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (DESARME) e a nova Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Viana, e entregues as novas instalações da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). Já o Corpo de Bombeiros Militar recebeu R\$ 4,6 milhões para a construção da nova Unidade Padrão de Vila Velha e a reforma das instalações do Quartel do Comando Geral, em Vitória.

MAIS EQUIPAMENTOS E ARMAMENTOS

Novas viaturas foram entregues às polícias Civil (PC) e Militar (PM), sendo 123 para a PM e 186 para a PC, com investimento total superior a R\$ 22 milhões. O Corpo de Bombeiros Militar, por sua vez, recebeu sete viaturas, incluindo um caminhão ABTS Iturri, que exigiram cerca de R\$ 1,4 milhão. Também foram adquiridos 2.905 pistolas Glock e 46 fuzis calibre 7.62 para uso da Polícia Militar; e 500 pistolas Glock 17, 420 pistolas Glock 22 e cem espingardas Calibre 12 destinadas à Polícia Civil. Por fim, 1.330 coletes balísticos foram entregues às duas corporações policiais.

CONCURSOS, ADMISSÕES E PROMOÇÕES

Com vários concursos em andamento para as três forças de segurança estaduais, o Governo do Espírito Santo está ampliando o número de vagas disponíveis. Só na Polícia Militar são 760 novos postos, sendo 650 para soldado combatente, 80 para oficial combatente, dez para soldado músico e 20 para oficial médico. No Corpo de Bombeiros, que também teve as vagas ampliadas, a seleção vai preencher 204 cargos, sendo 190 para soldado combatente e 14 para oficial combatente. Já na Polícia Civil serão 173 novos profissionais, sendo 20 escrivães, 60 investigadores, quatro assistentes sociais, 20 auxiliares de perícia médico legal, 15 médicos legistas, quatro psicólogos e 50 peritos oficiais criminais.



FALÉSIAS - ANCHIETA/ES



(SEJUS) prevê também a abertura de mais 1.500 vagas no sistema prisional com a construção de unidades em Vila Velha e Linhares e a reabertura das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus.

COMPROMISSO COM A RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS

A ressocialização é um compromisso que o Governo do Espírito Santo está cumprindo fielmente com a oferta de cursos de capacitação aos custodiados, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e o programa Qualificar ES. Apenas com essa ação, cerca de mil capacitações foram oferecidas aos detentos, em 2019. A oferta de educação nas unidades prisionais ainda permitiu capacitar e gerar oportunidades de trabalho para outros 3,6 mil presos com trabalho voluntário ou remunerado, ou ainda com projetos promovidos pelas próprias unidades prisionais.

Justiça

MELHORIAS NO SISTEMA PRISIONAL

Com abertura de novas vagas, construção de unidades prisionais e diálogo constante com os órgãos que compõem o sistema de justiça, o Governo do Espírito Santo elaborou um planejamento para redução da superpopulação carcerária. São medidas que visam ao aprimoramento do sistema penitenciário capixaba, com ações que

incluem a implantação de teleaudiências, o sistema eletrônico de execução penal e a expansão do uso de tornozeleiras eletrônicas. Parte desse trabalho possibilitou aumentar o número de presos monitorados de 150, em 2018, para 590, em 2019, e a expectativa é alcançar a casa dos três mil até 2022. A Secretaria de Estado da Justiça



Atendimento Socioeducativo

LANÇADO O OBSERVATÓRIO DIGITAL DA SOCIOEDUCAÇÃO

Com o lançamento do Observatório Digital da Socioeducação, plataforma de *Business Intelligence (BI)* que torna públicos os dados do sistema socioeducativo capixaba, o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES) avançou de forma pioneira na área da inovação. A ferramenta fornece estatísticas relevantes para uma atuação inteligente e direcionada, subsidia a construção das políticas públicas do Eixo de Proteção Social do Programa Estado Presente e serve de base para pesquisas acadêmicas na área da socioeducação.

REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Mais de R\$ 2 milhões foram destinados a obras nos espaços administrativos e nas portarias das unidades socioeducativas e na revitalização de quadras poliesportivas, moradias e alojamentos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. As intervenções trouxeram melhorias ao espaço físico das unidades e proporcionaram aos adolescentes e servidores um ambiente mais humanizado e adequado à jornada socioeducativa.



CONVÊNIOS GARANTEM OBRAS NOS MUNICÍPIOS

Foram retomados 46 convênios de 2018, totalizando um investimento superior a R\$ 123 milhões para infraestrutura em 22 municípios. Em sua maioria, são obras de drenagem e pavimentação de ruas, com destaque para mais de R\$ 9,5 milhões investidos na segunda etapa da reurbanização e melhoria da mobilidade urbana na orla de Marataízes. Também foram inauguradas cinco obras resultantes de convênios celebrados em 2018 nos municípios de Brejetuba, Baixo Guandu, Conceição do Castelo, Viana e Mantenópolis, totalizando mais de R\$ 9 milhões de investimento.

Os serviços de urbanização, revitalização e drenagem da região central de Bom Jesus do Norte receberam quase R\$ 9 milhões. Outros R\$ 26 milhões foram investidos em 11 convênios para drenagem e pavimentação de ruas em diferentes bairros de Vila Velha e cerca de R\$ 7 milhões foram destinados à recuperação de ciclovia e urbanização da avenida Talma Rodrigues Ribeiro, na Serra.

Além disso, foram celebrados 25 novos convênios para a execução de serviços de drenagem e pavimentação, muros de contenção e reforma de praças, implantação de sistema de esgotamento sanitário e aquisição de caminhões compactadores de lixo nos municípios de Águia Branca, Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Atílio Vivácqua, Boa Esperança, Cariacica, Governador Lindenberg, Guaçuí, Iconha, Irupí, Itaguaçu, João Neiva, Nova Venécia, Rio Bananal, Santa Maria de Jetibá, São Roque do Canaã e Vargem Alta, com investimento total de quase R\$ 42 milhões.

Desenvolvimento Urbano

MACRODRENAGEM REDUZ PROBLEMAS COM ENCHENTES

Em parceria com o Governo Federal, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) retomou a execução de projetos de macrodrenagem que beneficiam os municípios de Vila Velha, Cariacica, Viana e Colatina e vão minimizar os problemas causados por enchentes. Com nova modelagem e investimento total de mais de R\$ 455 milhões, os projetos foram distribuídos em sete contratos, sendo três com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e quatro com recursos do Orçamento Geral da União.



do Bilhete Único Metropolitano, que permitiu aos cerca de 400 mil passageiros do sistema fazerem a migração para os cartões de bilhetagem eletrônica de maneira embarcada, sem a necessidade de postos de atendimento. Tal procedimento, inédito no país e estendido depois para as linhas municipais, foi realizado de maneira econômica e cômoda para passageiros e empresas operadoras.



Mobilidade e Infraestrutura



NOVOS INVESTIMENTOS NO TRANSPORTE COLETIVO

Depois de promover a recuperação econômico-financeira do contrato existente, o Governo do Espírito Santo retomou os investimentos na ampliação e modernização do transporte coletivo na Região Metropolitana, com a renovação de parte da frota do Sistema Transcol e aquisição de ônibus

com ar-condicionado para as linhas troncais. Os cem veículos com ar-condicionado previstos para 2019 já estão operando e, nos próximos três anos, serão entregues mais 500 ônibus climatizados, o que corresponde a toda frota troncal. O passo seguinte foi a mudança tecnológica para implantação

CONFORTO E MODERNIZAÇÃO COM O APLICATIVO ÔNIBUS GV

Ainda como parte do processo de modernização dos serviços, foi lançado o Ônibus GV, uma plataforma de informação para quem utiliza o transporte coletivo da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). O aplicativo informa itinerários e previsão de horários dos ônibus que integram o Sistema Transcol e das linhas municipais de Vitória, além de oferecer acesso à internet via wi-fi e entretenimento a bordo para os usuários das linhas troncais. Com o lançamento do Cartão GV, que permite aos passageiros embarcarem tanto nos veículos metropolitanos quanto nos ônibus municipais e no futuro aquaviário, os pontos de vendas de cartões e de créditos se multiplicaram, e os usuários ainda contam com a recarga on-line e com máquinas de autoatendimento instaladas em terminais e shoppings.



CICLOVIA E NOVAS PISTAS NA TERCEIRA PONTE

Depois de transformar a Secretaria dos Transportes e Obras Públicas em Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI), para adequar o conceito da pasta a uma gestão mais moderna de mobilidade e infraestrutura, foi apresentada a proposta de implantação da Ciclovia da Vida. O projeto inclui a construção de estrutura metálica na lateral da Terceira Ponte, por onde ciclistas poderão trafegar livremente. Essa estrutura funcionará também como barreira de proteção contra as tentativas de suicídio, e o projeto ainda prevê a redução de congestionamentos na ponte com a criação de duas novas faixas de rolamento.

AQUAVIÁRIO, PORTAL DO PRÍNCIPE E AEROPORTOS

A demanda dos capixabas pela volta do aquaviário está perto de ser atendida. A empresa encarregada de dar início à implantação do serviço já foi selecionada em processo licitatório e tem prazo de 150 dias, contados a partir da assinatura da ordem de serviço, para desenvolver e entregar os trabalhos. O Governo do Espírito Santo ainda lançou novo edital para construção do Portal do Príncipe, obra fundamental para a mobilidade urbana na Grande Vitória. Além da implantação e do alargamento das vias, o projeto prevê nova iluminação pública e sinalização, parque e academias públicas na região. E com base em acordo firmado com a União, estão sendo retomados os investimentos nos aeroportos de Vitória, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim.





Edificações e Rodovias

LINHARES/ES

NOVO ÓRGÃO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Para evitar duplicidade de ações e dar mais agilidade e eficiência à realização de obras públicas e aos trabalhos de implantação, ampliação, modernização e manutenção das rodovias estaduais, o Governo do Espírito Santo promoveu a fusão de dois órgãos que respondiam pela execução desses serviços no Estado. Associaram-se, assim, os acervos técnicos, a experiência e as estruturas profissionais do Departamento de Estradas de

Rodagem do Espírito Santo (DER-ES) e do Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo (IOPES) para a criação do Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo (DER-ES). Além das dezenas de obras retomadas, iniciadas e entregues, um dos primeiros resultados do novo órgão foi o reforço na sinalização horizontal de 1.600 quilômetros de rodovias estaduais com a colocação de 2.100 placas.

OBRAS RODOVIÁRIAS CONCLUÍDAS E ENTREGUES

Somando contratos revistos e retomados e novos projetos de construção, reforma e ampliação de rodovias, o Governo do Espírito Santo já concluiu e entregou obras importantes para o desenvolvimento econômico do Estado e essenciais para o conforto e a segurança da população. Merecem destaque os seguintes projetos já colocados à disposição dos capixabas:

- Implantação de ponte sobre o Córrego Santa Bárbara, em Apicacá;
- Construção de acessos a oito pontes na rodovia ES 381, em Nova Venécia;
- Reabilitação da rodovia ES 357 entre os distritos de Baunilha e Boapaba, em Colatina;
- Recuperação das rodovias ES 248 e ES 356, entre Colatina e Marilândia;
- Pavimentação da rodovia ES 484, entre Itarana e Rizzi;
- Ampliação e modernização da Avenida Leitão da Silva, em Vitória;
- Ampliação da Avenida José Sette, em Cariacica;
- Implantação do Contorno de Apicacá.

OBRAS RODOVIÁRIAS RETOMADAS OU INICIADAS

Além de retomar várias obras que estavam paralisadas no Estado, o novo DER-ES deu início a projetos rodoviários nas mais diferentes regiões do Espírito Santo. Dentre eles, destacam-se:

- Recuperação da rodovia ES 297, entre Bom Jesus do Norte e a BR 101;
- Implantação de nova ponte sobre o Rio Cotaxé;
- Urbanização de trecho da BR 262 que atende ao Terminal de Campo Grande, em Cariacica;
- Recuperação da ciclovia e urbanização da Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, na Serra;
- Revestimento com material Revsol da rodovia ES 080, entre Santa Leopoldina e Santa Teresa;
- Pavimentação do trecho da ES 475 entre a cidade de Castelo e o distrito de São José de Fruteiras, em Vargem Alta;
- Recuperação do viaduto Governador Gerson Camata, no Complexo da Segunda Ponte, entre Vitória e Vila Velha;
- Recuperação da rodovia na Serra da Aliança, entre Muqui e Jerônimo Monteiro;
- Implantação e recuperação da ES 388, entre Xuri (Vila Velha) e a BR 101, em Amarelos (Guarapari);

- Pavimentação da rodovia ES 446, entre Colatina e Itaimbé;
- Pavimentação das rodovias ES 493 e ES 185, entre Divino de São Lourenço e o distrito de São Tiago;
- Pavimentação das rodovias ES 379 e ES 165, ligando Castelo, Morro Vênus e Muniz Freire;
- Recuperação da rodovia ES 164, entre Vargem Alta e Castelinho.

TRABALHO POR TODA PARTE E PARA TODOS OS SETORES

Além das obras rodoviárias distribuídas por todas as regiões, o novo DER-ES cumpre a determinação do Governo do Espírito Santo e realiza projetos importantes para a ampliação e modernização dos mais diversos setores da infraestrutura estadual, com destaque para:

- Reforma e ampliação da Escola Estadual Marinete de Souza Lira, na Serra;
- Construção do Centro de Atividades Técnicas (CAT) do Corpo de Bombeiros, em Quartel Central;
- Conclusão do Estádio Kleber Andrade, em Cariacica;
- Construção da Escola Estadual Maria Penedo, em Cariacica;

GUARAPARI/ES



- Implantação de quadra poliesportiva na Escola Estadual Teotônio Vilela, em Cariacica;
- Implantação do Núcleo de Treinamento (NAT) da Junta Comercial do Estado;
- Terraplanagem no Centro de Ensino e Instrução (CEIB) do Corpo de Bombeiros, na Serra;
- Construção de Unidade do Corpo de Bombeiros em Vila Velha;
- Implantação de plataforma elevatória da Escola Estadual Novo Horizonte, na Serra;
- Construção de muro de contenção para a Escola Estadual João XXIII, em Barra de São Francisco;
- Construção de posto da Polícia Militar em Manginhos, na Serra.



Agricultura

NOVOS E MELHORES CAMINHOS NO CAMPO

Com o programa Caminhos do Campo, a Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) está melhorando as condições de tráfego para o escoamento da produção agrícola, reduzindo custos e perdas e facilitando a mobilidade das comunidades rurais. Mais de R\$ 14 milhões foram investidos em recapeamento asfáltico e quase R\$ 7 milhões em calçamento rural, beneficiando 82 comunidades em 26 municípios. Além disso, foram concluídas e entregues três novas estradas, com investimento de R\$ 14 milhões.

PONTES E MÁQUINAS PARA O INTERIOR

A instalação de pontes também está facilitando a vida dos moradores do campo em seus deslocamentos diários. Ao todo, 70 pontes foram instaladas em 24 municípios, com investimento total de mais de R\$ 5 milhões. Além disso, a entrega de máquinas e equipamentos agrícolas para uso coletivo, no valor de R\$ 25 milhões, deu importante reforço para a agricultura familiar.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO

Para reequipar o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), a maior rede de apoio ao desenvolvimento rural do Estado, foram liberados R\$ 3,2 milhões. Essa melhoria permite a ampliação do atendimento aos agricultores familiares capixabas, gerando resultados positivos para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado.





Saneamento

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO TRATADO EM 52 MUNICÍPIOS

Com investimento superior a R\$ 245 milhões em infraestrutura e na qualidade dos serviços prestados, a Companhia Espírito-santense de Saneamento (CESAN) renovou 17 concessões nos 52 municípios atendidos, totalizando 42 renovações contratuais, incluindo Vitória. Além disso, firmou contrato com a cidade de

Aracruz para levar serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento do esgoto à orla do município, expandindo sua atuação após 52 anos de atividades. Para os próximos anos, a companhia já aprovou investimentos de R\$ 2,1 milhões com recursos próprios e financiamentos.

EXPANSÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO

A reestruturação do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem permitiu ao Estado garantir um financiamento de US\$ 323 milhões junto ao Banco Mundial, para obras de saneamento básico que já estão sendo executadas em municípios das microrregiões Serrana e do Caparaó. Também foram assinados contratos na modalidade *turnkey* para implantação dos sistemas de esgotamento sanitário em 23 bairros de Cariacica e Viana, com investimento de R\$ 180 milhões. E, com a autorização do Banco Mundial, foi dada sequência ao processo licitatório para contratação das obras em Vila Velha, que beneficiarão mais de 115 mil moradores.

INVESTIMENTO EM SEGURANÇA HÍDRICA

Um salto significativo foi dado no projeto de construção da Barragem dos Imigrantes, empreendimento voltado para a segurança hídrica do Espírito Santo, que terá capacidade de armazenamento de 23 bilhões de litros de água e merecerá investimento superior a R\$ 96 milhões. Das 89 áreas a serem desapropriadas, 72 foram liberadas para realização da obra, enquanto as outras 17 estão sendo tratadas na esfera judicial. Só na fase de desapropriações de áreas do corpo e alagada foram aplicados R\$ 5 milhões, o que viabilizou o requerimento da Licença de Instalação (LI) junto ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF). Outros resultados importantes vieram das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e refletem o avanço do saneamento ambiental. O município da Serra atingiu 88,45% de cobertura no serviço de esgotamento sanitário e Vila Velha, 62,60%, sendo que a meta é chegar a 95% nas duas cidades.



Meio Ambiente

DEZ MIL HECTARES DE FLORESTAS RECUPERADAS

O programa Reflorestar, que desde 2013 vem alcançando resultados expressivos, é reconhecido internacionalmente e tornou-se referência em restauração florestal de larga escala. Cerca de R\$ 100 milhões já foram comprometidos com as ações do programa, com aproximadamente R\$ 57,7 milhões já executados, sendo R\$ 18,8 milhões apenas em 2019. Desde a sua implementação, o Reflorestar viabilizou a

recuperação de mais de dez mil hectares de floresta, com destaque para as áreas que geram renda sustentável, equivalentes a 42% do total recuperado. O programa é responsável também por recuperar mais de 11 mil hectares de floresta em pé, por meio de remuneração pelo Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Com isso, já alcançou mais de quatro mil produtores rurais em todas as regiões do Espírito Santo.

APOIO À MUNICIPALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Com o objetivo de apoiar os municípios capixabas e os consórcios municipais no processo de municipalização do licenciamento ambiental, cerca de R\$ 1 milhão foi investido na aquisição de veículos, drones, notebooks, impressoras e câmeras fotográficas. Com essa iniciativa, o Governo do Espírito Santo garante aos municípios a competência para licenciar, monitorar e fiscalizar empreendimentos de impacto ambiental local, dando celeridade aos processos, sem perda da qualidade técnica. Assim, o município torna-se capaz também de gerenciar o recebimento de denúncias e dar mais eficácia às ações de fiscalização.



MANGUINHOS - SERRA/ES



PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS E DA PAISAGEM

Uma das maiores parcerias realizadas pelo Governo do Espírito Santo com o Banco Mundial, o programa promove a gestão integrada e sustentável das águas, do solo e dos recursos naturais, com intervenções nas áreas de recursos hídricos, drenagem, gestão de mananciais, recuperação da cobertura florestal, saneamento ambiental, gestão de riscos e prevenção de desastres. Cerca de R\$ 11 milhões já foram investidos em tecnologia da informação e na reestruturação do Sistema de Meio Ambiente, composto pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), pela Agência Estadual

de Recursos Hídricos do Espírito Santo (AGERH) e pelo Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST). Foram adquiridos equipamentos de informática, como monitores, computadores, *storage*, *nobreaks* e estação de trabalho com capacidade superior aos equipamentos comuns para o processamento de cálculos e gráficos. Para enfrentar o cenário de mudanças climáticas, o Governo investiu mais de R\$ 56 milhões na construção do Centro Estadual de Gerenciamento de Risco, que permitirá a integração de esforços e inteligências dos diversos órgãos que tratam da ocorrência de eventos extremos.

PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Elaborado pelo Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental (LAGESA), como resultado de uma parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) é um importante instrumento previsto nas políticas nacional e estadual de resíduos sólidos, e tem como objetivo provocar uma gradual mudança de atitude, hábitos e consumo na sociedade. Com ele, gestores públicos, empreendedores e sociedade terão uma base sólida para a elaboração de políticas públicas sustentáveis, adequadas à realidade socioeconômica do Estado e capazes de atrair novas empresas e negócios, com responsabilidade ambiental. Destinado a tornar o Espírito Santo referência nacional na gestão dos resíduos sólidos, o plano alcança os 78 municípios capixabas, contempla um horizonte de 20 anos e estabelece parâmetros para todas as etapas do tratamento de resíduos, da coleta e do transporte ao tratamento e descarte final.



Cultura



INCENTIVO À CRIATIVIDADE E GERAÇÃO DE RENDA

Para potencializar a diversidade da cultura capixaba e aumentar as possibilidades de geração de renda de quem trabalha com criatividade, a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) lançou os programas Cultura Conecta e ES+Criativo. Além disso, fortaleceu os Editais da Cultura com o maior investimento da história do Estado, e aumentou sua presença no território com a criação do Escritório Avançado na Região Norte e o trabalho do Gabinete Itinerante da Cultura nas cinco macrorregiões.

EDITAIS DA CULTURA RECEBEM R\$ 21,8 MILHÕES

Os Editais da Cultura receberam um investimento de R\$ 21,8 milhões e contemplaram projetos em todo o Espírito Santo. Desse total, R\$ 6,6 milhões foram investidos nas áreas de música, artes cênicas e visuais e literatura; R\$ 2,6 milhões na preservação do patrimônio material e imaterial; e R\$ 11,9 milhões na área de audiovisual. Desses, R\$ 2,9 milhões contemplaram editais transversais, que mesclam linguagens. Parte desse investimento resultou de uma parceria com o Fundo Setorial Audiovisual, do Governo Federal, que garantiu R\$ 9,5 milhões. A SECULT ainda lançou um edital de apoio a eventos, dando transparência e acesso a organizações culturais que fomentam a cultura popular do Estado. Foram oito eventos selecionados, com investimento de R\$ 903 mil.

Esporte

APOIO A ATLETAS E PARATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

Maior programa de apoio financeiro individual a esportistas levado a cabo pelo Governo do Espírito Santo, o Bolsa Atleta garante a atletas e paratletas de alto rendimento a cobertura de gastos relacionados com suas modalidades, como alimentação, assistência médica e pagamento de competições.

Concedido após processo de seleção realizado pela Secretaria de Esportes e Lazer (SESPORT), o benefício totalizou investimento de R\$ 1,3 milhão, com valores estipulados por categorias: estudantil (R\$ 500), nacional (R\$ 1,5 mil), internacional (R\$ 2 mil) e olímpica/paralímpica (R\$ 4 mil).

JOGOS ESCOLARES PARA FORMAR ATLETAS E CIDADÃOS

Realizados como etapa seletiva estadual para os Jogos Escolares da Juventude (JEJ), competição que reúne as 27 federações do país, os Jogos Escolares do Espírito Santo (JEES) são reconhecidos como a maior disputa estudantil do Brasil. Além de fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos, o programa permite identificar e promover talentos esportivos nas escolas capixabas. Em 2019, participaram do JEES, nas modalidades individuais e coletivas, cerca de dez mil estudantes, moradores de 70 municípios capixabas. O investimento total para a realização dos jogos no Estado e o custeio da delegação capixaba nas etapas nacionais realizadas em Cascavel (PR) e Blumenau (SC) foi de R\$ 2,9 milhões. Nas duas fases, os estudantes capixabas conquistaram 32 medalhas.

FAROL DE REGÊNCIA - LINHARES/ES



UM ESTÁDIO PARA GRANDES EVENTOS

Inaugurado em 2014, com algumas intervenções pendentes, o Estádio Estadual Kleber Andrade teve as obras retomadas, com investimento total de R\$ 7,5 milhões. Entre as principais intervenções estão as instalações de placar eletrônico, grama sintética ao redor do campo e painéis com energia fotovoltaica, que visam diminuir os gastos com energia elétrica. Os banheiros da parte superior também foram concluídos e os bancos de reservas rebaixados e posicionados no centro do campo para atender às normas da Federação Internacional de Futebol (FIFA). A maior praça esportiva do Estado recebeu um público de 162.290 torcedores ao longo do ano, com a realização de grandes eventos como jogos da Copa do Brasil e dos campeonatos Capixaba, Carioca e Brasileiro, além da Copa do Mundo Sub-17, organizada pela FIFA e que teve o Espírito Santo como sede, ao lado de Distrito Federal e Goiás.

CONVÊNIOS GARANTEM EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

Mais de R\$ 10 milhões foram repassados a 36 municípios capixabas por meio de 50 convênios. Em sua maioria, esses recursos foram investidos na construção ou reforma de equipamentos esportivos, como ginásios poliesportivos e campos Bom de Bola. Parte dos convênios foi destinada à melhoria de infraestruturas já existentes, como implantação de iluminação e alambrados em campos de futebol.

JOGOS DOS SERVIDORES ESTÃO DE VOLTA

Em parceria com a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), a SESPORT promoveu o retorno dos Jogos dos Servidores (JOSERV), evento que teve uma edição apenas nos quatro anos anteriores. Realizada em outubro, no mês do servidor, a competição contou com a participação de 845 servidores, representando 35 órgãos do Executivo Estadual. Divididas em categorias feminina e masculina, as disputas incluíram futsal e vôlei, nas modalidades coletivas, e natação, tênis de mesa e xadrez, nas modalidades individuais.



Trabalho e Desenvolvimento Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA PARA OS CAPIXABAS

Encarregada de formular, coordenar, planejar, articular e executar as políticas públicas voltadas para assistência social, segurança alimentar e nutricional, trabalho, emprego e geração de renda, a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) foi responsável pela operacionalização dos recursos dos fundos de Assistência Social (FEAS) e de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCOP). Além disso, com o trabalho da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, respondeu pela gestão das políticas de assistência social e segurança alimentar e nutricional no Estado.

BOLSA CAPIXABA CHEGA A 34 MIL FAMÍLIAS

Retomado e ampliado como um dos maiores programas estaduais de transferência de renda do Brasil, o Bolsa Capixaba alcançou um total de 34 mil famílias em todo o Espírito Santo, transferindo a essa parcela da população mais de 261 mil benefícios ao longo do ano. Tal esforço de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social registrou desembolso total de aproximadamente R\$ 20 milhões no período.

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ CAPIXABA

Depois de aderir ao programa federal Criança Feliz, o Governo do Espírito Santo consolidou essa iniciativa intersetorial voltada para o atendimento às crianças na primeira infância em 26 municípios. O Estado é um dos precursores na criação e implementação de uma política integrada pela primeira infância, o que marca o avanço considerável no esforço para concretizar os cuidados com as crianças como prioridade na definição dos investimentos e das políticas públicas estaduais.

PARCERIAS PARA ATENDER A QUEM MAIS PRECISA

Como parte da política pública da Assistência Social, a SETADES celebrou 76 parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e prefeituras municipais, destinadas a promover e apoiar os serviços socioassistenciais desenvolvidos por essas entidades. Cerca de R\$ 3,6 milhões foram investidos na manutenção e melhoria das atividades da área da assistência social no atendimento a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência em todo o Estado.

APOIO AOS AGRICULTORES FAMILIARES

Para oferecer uma renda mínima aos agricultores familiares capixabas, o projeto de Compra Direta de Alimentos (CDA) garante a aquisição direta de parte da produção dessas famílias, com a doação simultânea dos alimentos à rede socioassistencial dos municípios. O repasse máximo é de R\$ 6,5 mil por ano para cada agricultor inscrito no CadÚnico, com pagamentos mensais a partir da entrega dos produtos. Contando com 180 unidades receptoras em 41 municípios capixabas, o projeto beneficiou cerca de 600 famílias no período.



SÍTIO FAMÍLIA BRIOSCHI - VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES



Trânsito



CURSOS PROFISSIONALIZANTES E VAGAS NO CNH SOCIAL

Com foco na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, o Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (DETRAN/ES) ampliou a oferta de vagas para a adição de categoria A ou B (20%) e mudança de categoria D ou E (40%), que são as categorias profissionais, ao passo que a primeira habilitação (A ou B) teve aumento de 40%. No total, foram 5 mil vagas ofertadas apenas neste ano, contra as 3 mil disponibilizadas entre 2015 e 2018. Também foram lançados os cursos especializados para condutores profissionais previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com 2 mil vagas destinadas a beneficiários do programa CNH Social.

DETRAN 100% DIGITAL

Os cidadãos capixabas agora têm acesso a um atendimento mais fácil, rápido e seguro, sem precisar sair de casa. Com o programa DETRAN 100% Digital, novos serviços digitais foram implantados nas áreas de Habilitação, como os Avisos sobre Processos de CNH por meio de SMS; de Veículos, a exemplo do Documento Digital do Veículo; e de Infrações, como é o caso da Indicação de Conductor, todos disponíveis no site www.detran.es.gov.br.



NOVOS INVESTIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os programas de incentivo fiscal coordenados pela SEDES também alcançaram resultados expressivos. O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo (Compete-ES) registrou 20,48% de aumento no número de empresas vigentes, com 1.876 beneficiárias e 47.156 empregos diretos mantidos. Já o Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES) registrou a adesão de 34 novas empresas, com 383 vagas de emprego geradas. Ao todo, foram realizados R\$ 103.102.761,35 em investimentos pelas empresas beneficiárias.

FACILIDADE PARA ABERTURA DE EMPRESAS

As ações do programa Simplifica-ES tiveram reforço significativo para facilitar a abertura de empresas no Estado. Ao todo, 233.926 documentos foram emitidos pelo novo sistema. As consultas de viabilidade lideraram o ranking, com 136.003 documentos emitidos. Em seguida, aparecem as inscrições nos municípios, com 49.139, e as inscrições na Secretaria da Fazenda, com 24.599 documentos. Alvarás do Corpo de Bombeiros representaram 10.711 documentos, e os de localização de funcionamento, 8.839. Alvarás provisórios e sanitários municipais somaram 2.482 e 2.088 emissões, respectivamente.



Desenvolvimento Econômico

IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS

Coordenando as ações do Plano de Desenvolvimento Regional, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES) participou da implantação de nove conselhos regionais de desenvolvimento nas microrregiões do Caparaó, Central Sul, Litoral Sul,

Central Serrana, Sudoeste Serrana, Centro Oeste, Rio Doce, Nordeste e Noroeste. O objetivo é criar um ambiente de articulação e integração de interesses das microrregiões, a partir de desafios, vocações e oportunidades identificados durante os trabalhos.



Finanças

SÍTIO LORENÇÃO - VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

PROGRAMA DE CONCESSÕES AUMENTA INVESTIMENTOS

Lançado em junho de 2019 e coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), o Programa de Concessões e Parcerias do Espírito Santo tem como objetivo aumentar os investimentos em infraestrutura (como estradas, portos e saneamento), com mais transparência na contratação e produtividade e com-

petitividade na execução de obras e serviços públicos. A empresa privada parceira, ao assumir a responsabilidade e os riscos de planejamento, construção, operação e manutenção desses bens, é remunerada mediante cobrança de tarifas pagas pelos usuários ou pelo Governo, conforme o modelo adotado.

UMA POUPANÇA PARA O FUTURO

Criado em 2019 e lastreado em receitas da exploração de petróleo, o Fundo Soberano tem o objetivo de garantir a manutenção e a diversificação das atividades econômicas no Estado, depois de esgotadas as reservas petrolíferas. Além de auxiliar na condução da política fiscal e na geração de uma poupança intergeracional, o novo instrumento reforça o compromisso do Governo do Espírito Santo e contribui com a promoção de um processo de desenvolvimento econômico sustentável, de forma estratégica, técnica e transparente.

REFERÊNCIA NACIONAL EM GESTÃO FISCAL

Com esforços concentrados e medidas de modernização fazendária, o Espírito Santo tornou-se referência nacional no campo fiscal, alcançando mais uma vez a Nota A da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quanto à Capacidade de Pagamento do Estado (CAPAG).



Controle e Transparência

COMBATE À CORRUPÇÃO AVANÇA NO ESTADO

Os avanços apresentados na luta contra a corrupção consolidaram o Espírito Santo como referência nacional em ética e integridade no poder público. Entre as conquistas estão a instituição do Programa de Integridade do Poder Executivo Estadual, a criação do Disque #ESsemCorrupção e a ampliação do controle social permitido pelo Portal da Transparência. Pioneiro na aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial (Lei Federal nº 12.846/13), o Espírito Santo é hoje o Estado mais efetivo na punição administrativa a empresas envolvidas em irregularidades em atos ilícitos. Somente em 2019, a Secretaria de Controle e Transparência (SECONT) instaurou 20 Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), para apurar a conduta de 36 empresas. Seis delas foram condenadas por fraudes em pregões eletrônicos, o que resultou na aplicação de multas no valor total de R\$ 2,4 milhões. Em outra ponta, o Disque #ESsemCorrupção disponibilizou um canal exclusivo e seguro para o cidadão denunciar tentativas de suborno, desvios de recursos, funcionários fantasmas e fraudes em compras públicas. Fechando o circuito, a instituição do Programa de Integridade do Poder Executivo Estadual estabeleceu mecanismos de prevenção e remediação de corrupção, fraudes, subornos, desvios éticos e de conduta nos órgãos e nas instituições estaduais.

TRANSPARÊNCIA NAS COMPRAS PÚBLICAS E NOS INCENTIVOS FISCAIS

O Portal da Transparência ganhou novas consultas, além de tornar mais acessíveis as informações públicas. Atendendo à demanda da sociedade, foram abertos os dados dos incentivos fiscais recebidos por empresas no Estado, com a publicação da lista de beneficiadas. As compras públicas também ganharam mais transparência com a divulgação das notas fiscais eletrônicas referentes a compras realizadas pelo Poder Executivo Estadual. Criado em parceria com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), o Painel de Compras Públicas reúne as notas emitidas desde 2012 e permite a busca de dados pelo nome do órgão ou do fornecedor, CNPJ, período determinado ou valor da nota fiscal.



PRAIA DAS CASTANHEIRAS - GUARAPARI/ES

OUVIDORIA DIMINUI PRAZO DE ATENDIMENTO

As ações implementadas pela Ouvidoria-Geral do Estado garantiram mais agilidade no atendimento às demandas e na comunicação entre o Governo do Estado e o cidadão. O gerenciamento passou a ser feito em tempo real e o resultado pode ser medido pelo tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação, que caiu de 14 dias, em 2018, para nove, em 2019, mesmo com o aumento da demanda, que passou de 2.311 pedidos, em 2018, para 3.500, em 2019.

CONTROLE INTERNO GANHA FORÇA

A modernização do Controle Interno do Estado avançou com a entrada em produção do Sistema Integrado de Auditoria e Controle (SIAC). A ferramenta permite a informatização de todo o processo de gerenciamento e execução das ações de controle desenvolvidas pelos auditores do Estado. O cronograma de ações previsto para 2019 foi integralmente cumprido, com a realização das 25 auditorias previstas nos órgãos do Poder Executivo, além de outras dez e quatro inspeções que não faziam parte do Plano Anual. Ainda foram executados 12 monitoramentos de planos de ação para mitigar riscos e resolver irregularidades apontadas nas ações de controle, e 377 manifestações em processos de compra ou convênios, emitidas a pedido dos órgãos do Poder Executivo Estadual.



Gestão e Recursos Humanos

GOVERNO DIGITAL AVANÇA COM IMPLANTAÇÃO DO E-DOCS

Com base em decreto assinado em abril, o Governo do Espírito Santo instituiu o Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (e-Docs), para implantar uma gestão mais sustentável e fortalecer a cultura do governo digital em todos os órgãos estaduais, substituindo documentos em papel por arquivos eletrônicos. Apenas nesse período, foram capturados 1,5 milhão de documentos públicos.

Com isso, eliminou-se cerca de 20 toneladas de papel, que seriam armazenadas em arquivos físicos. Dentre os documentos inseridos no sistema estão declarações de indicação de condutor de veículo, ajustes em contratos e convênios, requisições e contratações de serviços, cadastros de fornecedores, procedimentos relacionados à vida funcional dos servidores e editais em geral.

NÚCLEO ADMINISTRATIVO DO ESTADO NO CENTRO DE VITÓRIA

Definido como prioritário pelo Governo do Espírito Santo, o projeto Gestar tem como objetivo constituir um Núcleo Administrativo do Estado na região central de Vitória, reduzindo os custos de alugueis e o número de imóveis em desuso. Por meio de chamamento público, a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) selecionou a melhor proposta para o uso do antigo Hotel Majestic. Em contrapartida, a instituição vencedora deverá destiná-lo à formação cultural, com ênfase em atividades musicais, de forma pública e gratuita. Vários contratos também foram celebrados para permitir a transferência de órgãos estaduais e o fortalecimento do Núcleo Administrativo, entre os quais se destacam a Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH). Além de garantir as transferências, o Governo assinou convênio de cooperação com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) para a reforma do Complexo Judiciário de Vitória e prepara a reforma da antiga sede do Clube de Regatas Saldanha da Gama, também na Capital, para sediar a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).



IGREJA LUTERANA - DOMINGOS MARTINS/ES

JOVENS TÊM OPORTUNIDADES DE TRABALHO NO GOVERNO

Com 23.697 candidatos inscritos, o programa Jovens Valores selecionou e garantiu a contratação de 1.342 estagiários dos ensinos médio, técnico e superior. Além disso, foram capacitados cerca de 1.600 estagiários para atuar em 50 órgãos do Governo do Espírito Santo. Nesta edição, o programa apresentou novidades, como a reformulação da pontuação concedida a quem participa de programas sociais, mais oportunidade para os candidatos que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa, inserção de pontuação destinada a jovens em acolhimento institucional e elaboração de plano de capacitação para os estagiários com foco na inovação.

NOVO CONTRATO DE TRANSPORTE POR APLICATIVO

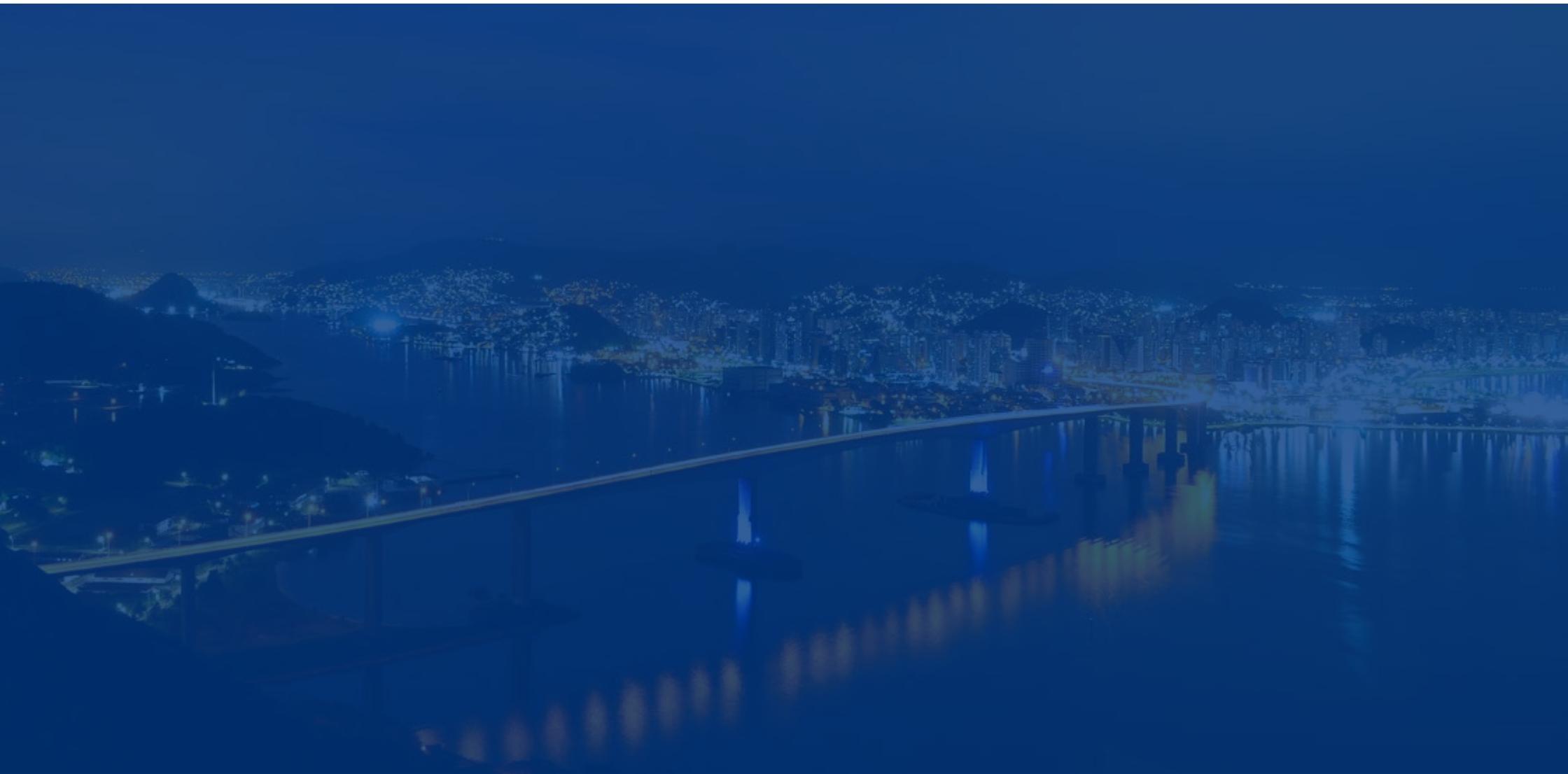
Para permitir aos órgãos estaduais a solicitação de viagens, tanto na Região Metropolitana quanto no interior do Estado, foi assinado novo contrato de transporte por aplicativo com a empresa vencedora da última licitação. O custo do quilômetro rodado é de R\$ 2,36, enquanto os veículos locados custam ao Governo aproximadamente R\$ 4,80 a cada quilômetro percorrido. Assim, com a ampliação do uso desse serviço, a SEGER estima que 87 veículos locados serão devolvidos, proporcionando ao Estado uma economia anual superior a R\$ 5 milhões.





Gestão fiscal e

contábil



1. Planejamento e orçamento

PLANO PLURIANUAL (PPA) 2016-2019 (Lei nº 10.489/2016)

Estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) (Lei nº 10.874/2018)

Compreende as metas e prioridades da administração pública estadual e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) (Lei nº 10.978/2019)

Estima a receita e fixa a despesa.

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. A LDO traz, anualmente, as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro correspondente.

Assim, a LDO, ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte, torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

O exercício da função do planejamento é um dever do Estado, tendo caráter determinante para o setor público.

1.1 PANORAMA GERAL

1.1.1 ORÇAMENTO ANUAL

O orçamento anual, peça orçamentária que prevê receitas e fixa despesas para execução num período de um ano, apresentou para o exercício de 2019 uma receita total prevista de R\$ 17,721 bilhões, 5,04% maior do que a estabelecida para 2018.

O volume de recursos garante a realização de ações e projetos para oferecer mais qualidade de vida à população capixaba, além de favorecer o desenvolvimento sustentável do Estado.

Quatro áreas sociais foram priorizadas na fixação da despesa do orçamento de 2019: Educação, com um valor de R\$ 2,2 bilhões; Saúde, com R\$ 2,6 bilhões; Segurança Pública, com R\$ 2,1 bilhões; e Justiça, com R\$ 478,7 milhões.

Do valor global do orçamento, R\$ 15,671 bilhões, provenientes de todas as fontes, competem ao Poder Executivo.

2. Dados gerais

2.1 RECEITA

A receita total realizada em 2019 apresentou um crescimento de 17,3% em relação ao mesmo período de 2018, conforme é demonstrado na tabela ao lado:



CAPELA SÃO JOÃO BATISTA - CARAPINA/ES

EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

Especificação	Até Dezembro 2018	Até Dezembro 2019	Varição Nominal (%)
RECEITA TOTAL	16.597.778	19.465.159	17,3
Receita de impostos e taxas	12.161.195	13.531.842	11,3
ICMS – Inclusive FUNDAP	10.056.674	11.191.599	11,3
Taxas	660.272	710.562	7,6
Recuperação da dívida ativa	180.975	267.700	47,9
IPVA	512.763	569.714	11,1
IRRF	679.076	716.418	5,5
ITCMD	71.435	75.848	6,2
Receitas de Transferências	5.456.714	5.505.904	0,9
Royalties e Participações Especiais	1.985.966	1.833.751	-7,7
FPE	1.400.672	1.547.798	10,5
Educação – FNDE e FUNDEB	1.056.345	1.120.368	6,1
Saúde - SUS	614.262	700.528	14,0
Cota-parte do IPI	225.477	207.513	-8,0
FEX e Lei Kandir	61.072	-	-100,0
Outras transferências com o fundo	112.920	95.947	-15,0
Outras Receitas (voluntárias e outras)	733.809	1.056.367	44,0
Acordo Parque das Baleias – Lei 10.979/19	-	911.578	-
Receita de Operações de Crédito	61.324	345.695	463,7
Receitas Transferidas	-4.945.290	-5.450.750	10,2
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-1.928.215	-2.132.527	10,6
Repasse Constitucional aos Municípios	-3.017.075	-3.318.223	10,0
Receitas do Instituto de Previdência	3.130.026	3.564.522	13,9

Fonte: SEFAZ.

2.1.1 ARRECAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS

Compõem o rol da arrecadação estadual as receitas provenientes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e das taxas, que, em 2019, registraram R\$ 13,5 bilhões, representando um aumento nominal de 12,17% em relação a 2018.

As receitas oriundas da arrecadação têm como finalidade o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento, o que representou um crescimento em valores absolutos de mais de R\$ 1,4 bilhão em 2019 comparado com 2018, conforme demonstrado na tabela ao lado:

COMPARATIVO DA ARRECAÇÃO ESTADUAL NOS SEIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Em R\$ Mil

Receita Tributária	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ICMS	8.705.098	9.009.536	8.605.340	9.044.471	10.056.674	11.191.599
IPVA	423.755	457.812	470.629	482.051	512.763	569.714
ITCMD	50.699	76.041	55.054	65.327	71.435	75.848
IRRF + Taxas	1.104.664	1.154.225	1.162.906	1.244.281	1.339.348	1.426.980
TOTAL	10.429.975	10.968.582	10.325.110	10.892.242	12.037.273	13.501.992

Fonte: SIGEFES/SEFAZ.

Nota: Arrecadação bruta do principal (não considerando multas e juros, dívida ativa, etc.), deduzindo as restituições.

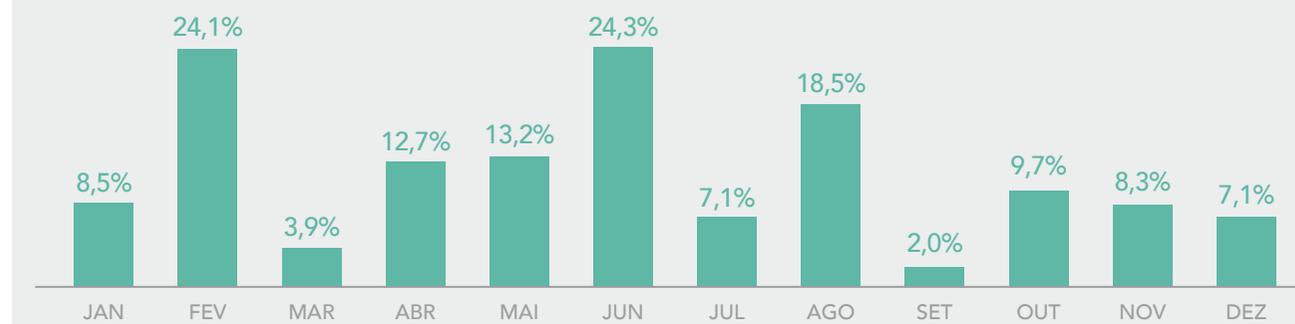
Para melhor entender o motivo desse desempenho, enfatizamos a arrecadação proveniente do ICMS, que representa 83% das receitas tributárias e apresentou um aumento nominal de 11,3%. Dentro desta rubrica, os setores que mais apresentaram aumento na arrecadação em 2019, comparado com 2018, foi o ICMS Indústria do Petróleo, Comércio Atacadista, Substituição Tri-

butária e Energia Elétrica, com variação nominal de 9,7%, 12,5%, 12,8% e 9%, respectivamente. Em valores absolutos, o aumento desses quatro setores apresentou um acumulado de mais de R\$ 657 milhões.

Apresentação mensal do desempenho da arrecadação estadual, num comparativo com 2018:



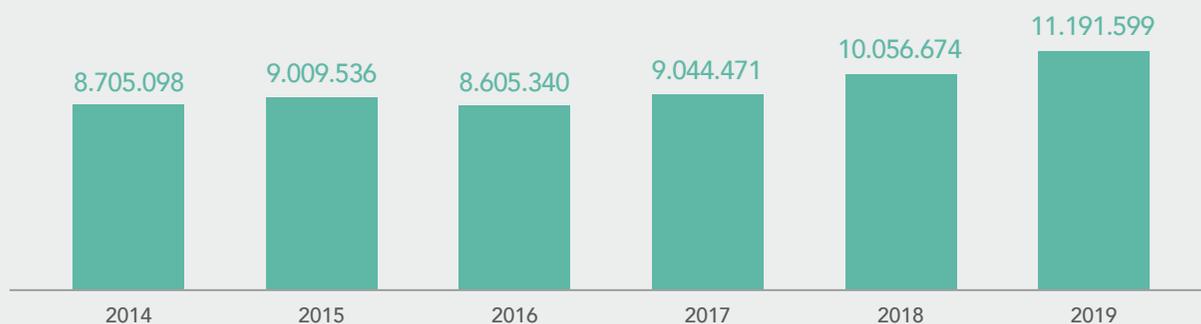
VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECAÇÃO DE ICMS (2019/2018)



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI.

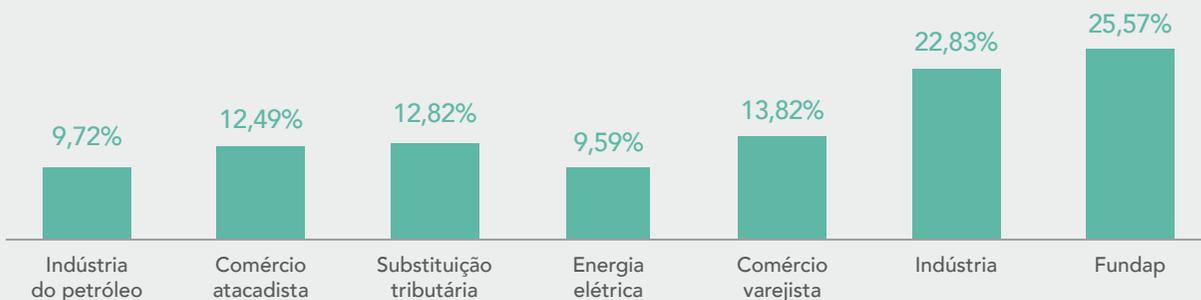
A arrecadação do ICMS em 2019 apresentou um aumento nominal de 11,3%, quando comparado com o ano de 2018. Em valores absolutos, um aumento de mais de R\$ 1,13 bilhão. Identificaremos no gráfico a seguir quais setores econômicos foram responsáveis por esse aumento expressivo na arrecadação de ICMS. Nos gráficos abaixo estão identificadas a evolução da receita dos últimos anos, os setores econômicos que foram responsáveis por esse aumento expressivo na arrecadação de ICMS e os setores com maior variação.

EVOLUÇÃO DA RECEITA DE ICMS NOS SEIS ÚLTIMOS ANOS (EM R\$ MIL)



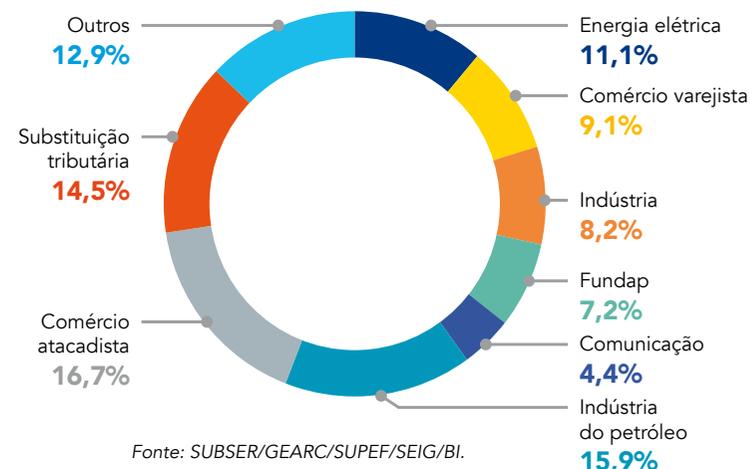
Fonte: SEFAZ.

SETORES COM MAIOR VARIAÇÃO (2019 X 2018)



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI.

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO ICMS POR SEGMENTO ECONÔMICO



Fonte: SUBSER/GEARC/SUPEF/SEIG/BI.

▶▶▶ **A arrecadação do ICMS em 2019 apresentou um aumento nominal de 11,3%, quando comparado com o ano de 2018.**

2.1.1.1 ACORDO PARQUE DAS BALEIAS

O acordo de unificação dos campos de exploração do Parque das Baleias – firmado entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Petrobras – rendeu cerca de R\$ 1,57 bilhão aos cofres capixabas para os próximos quatro anos (2019-2022). Com a unificação, o Espírito Santo passa a ter direito ao pagamento de Participação Especial - compensação financeira pelo volume de produção direcionada aos Estados, aos municípios e à União. O retroativo a ser pago ao Espírito Santo contou a partir do quarto trimestre de 2016 até o fim de 2018.

Das receitas advindas desse acordo, foram criados dois fundos:

■ FUNDO SOBERANO

Inovador e pioneiro no Brasil, para ser aplicado em empresas que vão gerar empregos aos capixabas, em atividades produtivas. Uma parte do Fundo Soberano será reservada em uma poupança. De 2019 a 2022, 40% do Fundo será depositado na poupança; de 2023 a 2026, 30%; e a partir de 2027, 20%, deixando o restante livre para se associar a empreendimentos que

gerem receitas e empregos no Estado. A ideia é garantir receitas para o futuro das próximas gerações, para que o Estado não fique na dependência da exploração do petróleo. O Fundo finalizou o ano de 2019 com o saldo disponível de R\$ 157,4 milhões.

■ FUNDO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Os valores retroativos decorrentes do acordo de que trata a Lei nº 10.979/2019 foram destinados ao Fundo de Obras e Infraestrutura, a fim de custear a obras estratégicas para a melhoria da

infraestrutura do Espírito Santo, objetivando reduzir o gargalo logístico do Estado, de forma a melhorar o ambiente de negócios no Espírito Santo. Em 2019, o saldo disponível do Fundo de Obras e Infraestrutura foi de R\$ 933 milhões.

2.2 DESPESA

A despesa total consolidada (considerando todos os poderes e órgãos), em 2019, apresentou um aumento de 4,3%, quando comparada ao exercício de 2018.

Em R\$ Mil

Especificação	Até dezembro 2018	Até dezembro 2019	Varição (%)
DESPESA TOTAL	16.114.438	16.815.378,3	4,3
Pessoal	9.730.697	10.262.052	5,5
Pessoal (exceto Aporte)	7.779.548	8.057.845	3,6
Aporte Fundo Financeiro	1.951.149	2.204.208	13,0
Custeio	4.104.222	4.162.143	1,41
Pasep	144.449	192.621	33,3
Amortização e Juros da Dívida	618.403	587.842	-4,9
Financiamento Fundap	397.061	474.324	19,5
Investimento/Inversão Financeira	1.119.606	1.136.396	1,5

3. Indicadores do desempenho orçamentário

Indicador	Descrição	Fórmula	2018	2019	Evolução	Leitura
Desempenho da Arrecadação	Evidencia o excesso de arrecadação do exercício	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$	99,7%	110,4%	10,73%	Quanto maior melhor
Resultado da Execução Orçamentária	Evidencia em quanto as receitas arrecadadas superaram as despesas realizadas no exercício	$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$	103%	115,8%	12,42%	Quanto maior melhor
Cobertura de Custeio	Evidencia a capacidade das receitas correntes para cobrir as despesas correntes	$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	132%	138,9%	5,22%	Quanto maior melhor
Capacidade de Geração de Poupança	Evidencia a geração de poupança interna	$\frac{\text{Receita Corrente} - \text{Despesa Corrente}}{\text{Receita Corrente}}$	24,2%	28%	15,70%	Quanto maior melhor

4. Limite máximo da despesa (teto de gastos)

A Lei Complementar nº 156/16 possibilitou o alongamento do prazo das dívidas refinanciadas com base na Lei nº 9.496/1997 e a redução extraordinária da prestação mensal daquelas dívidas (artigos 1º e 3º).

Em contrapartida, a referida Lei Complementar impõe a limitação do crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto das transferências constitucionais a municípios e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), à variação do IPCA (teto de gastos). O teto de gastos é aplicado nos dois exercícios subsequentes à assinatura do termo aditivo, formalizando as novas condições do refinanciamento, ou seja, nos exercícios de 2018 e 2019.

Os valores que constituem a base de cálculo para apuração do teto dos gastos correspondem à média aritmética das despesas empenhadas entre os valores do exercício de 2015, corrigidos pela variação acumulada do IPCA entre os anos de 2015 e 2016, e os valores do exercício de 2016.

LIMITE MÁXIMO DE DESPESA

Em R\$ Mil

Despesas Primárias	Limite Máximo de Despesa em 2019 (a)	Realizado (desp. empenhada) até Dez/2019 (b)	Percentual de realização (%) (b/a)
DESPESAS CORRENTES (I)	13.168.034	12.778.687	97,0
Pessoal e Encargos Sociais	8.514.669	8.057.845	94,6
Juros e Encargos da Dívida (II)	350.542	324.508	92,6
Outras Despesas Correntes	4.302.823	4.396.334	102,2
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	12.817.492	12.454.179	97,2
Transferências Constitucionais e Legais (IV)	-	-	-
Contribuições para o PIS/PASEP (V)	204.028	234.191	114,8
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES APURADAS CONFORME O ART. 4º DA LC 156/16 (VI) = (III - IV - V)	12.613.464	12.219.988	96,9

Fonte: SEFAZ.



JACARAÍPE - SERRA/ES



5. CAPAG - Nota A

O Ministério da Economia publicou a Portaria nº 501/2017, que define a nova metodologia para a análise da capacidade de pagamento (CAPAG) de Estados, Distrito Federal e municípios.

A finalidade da CAPAG é subsidiar a concessão de aval ou garantia da União em operação de crédito de interesse dos entes federados. O ente que possuir CAPAG A ou B é elegível à contratação de garantias da União em seus financiamentos.

Os indicadores econômico-financeiros com base nos quais a CAPAG é calculada são: o indicador I (Endividamento) é calculado pela relação entre dívida consolidada bruta e receita corrente líquida; o Indicador II (Poupança Corrente) é definido pela relação entre despesa corrente e receita corrente ajustada; por fim, o Indicador III (Liquidez) é calculado pela relação entre obrigações financeiras e disponibilidade de caixa bruta.

A cada indicador econômico-financeiro será atribuída uma letra (A, B ou C), que representará a classificação

parcial do ente naquele indicador. A nota A é obtida quando as relações nos indicadores I, II e III forem <60%, <90% e <100%, respectivamente.

A classificação final da capacidade de pagamento será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores.

INDICADORES DA CAPAG

(R\$ Milhões)

ENDIVIDAMENTO	2017	2018	2019	Relação	Nota
Dívida Consolidada	6.752	6.798	7.049	44,52%	A
Receita Corrente Líquida	12.193	13.567	15.833		
POUPANÇA CORRENTE	2017	2018	2019	Relação	Nota
Despesa Corrente	14.064	15.400	16.097	84,02%	A
Receita Corrente Ajustada	15.881	17.540	20.136		
LIQUIDEZ	2017	2018	2019	Relação	Nota
Obrigações Financeiras	83	87	97	6,94%	A
Disponibilidade de Caixa Bruta	712	972	1.494		

Fonte: SEFAZ.

O Espírito Santo, conforme os dados publicados pela SEFAZ, cumpriu os limites para alcançar a nota A em 2019. A ratificação desses dados será divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

6. Resultados primário e nominal

O objetivo da apuração dos resultados primário e nominal é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas. O resultado primário pode ser entendido como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. Já o resultado nominal representa a variação da DCL em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).



Discriminação do resultado	2019	
	Meta LDO	Realizado
RECEITA TOTAL	14.921.924	16.672.102
DEDUÇÕES DA RECEITA	1.822.569	1.094.712
Aplicações Financeiras	597.270	749.017
Operações de Crédito	1.225.300	345.695
Alienação de Bens	-	-
RECEITA PRIMÁRIA (1)	13.099.355	15.577.390
DESPESA TOTAL	14.194.095	13.868.341
DEDUÇÕES DA DESPESA	643.106	546.272
Juros e Encargos da Dívida	394.770	324.508
Amortização da Dívida	248.336	221.764
DESPESA PRIMÁRIA (2)	13.550.989	13.322.069
RESULTADO PRIMÁRIO (3) = (1 - 2)	-451.634	2.255.321

Juros nominais	2019	
	Meta LDO	Realizado
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (4)	393.673	768.784
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (5)	740.322	465.527
RESULTADO NOMINAL (6) = (3 + 4 - 5)	-798.283	2.558.577

Fonte: LDO/2019 e GECOG/SEFAZ.

7. Atendimento aos limites constitucionais e legais

Em 2019, o Estado do Espírito Santo cumpriu todos os limites constitucionais e legais, conforme é demonstrado nas tabelas abaixo:

LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM PERCENTUAIS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Especificação	2018	2019	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	41,69%	36,34%	49%	46,55%	44,10%
Consolidado Geral	52,26%	46,05%	60%	57%	54%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM 2018 E 2019 (R\$ milhões)

Dívida Consolidada Líquida	2018		2019	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Valor Apurado	2.571	18,95	2.223	14,04
Limite definido por Resolução do Senado Federal	27.134	200	31.666	200

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

GARANTIAS CONCEDIDAS EM 2018 E 2019

(R\$ milhares)

Garantias Concedidas	2018		2019	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Total de Garantias	50.722	0,37	53.101	0,34
Limite definido por Resolução do Senado Federal	2.984.821	22	3.483.235	22

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2018 E 2019

(R\$ milhões)

Operações de Crédito	2018		2019	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Receita de Operações de Crédito Internas e Externas	61	0,45	346	2,18
Limite definido por Resolução do Senado Federal para Operações Internas e Externas	2.170	16	2.533	16
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	950	7	1.108	7

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

APLICAÇÃO MÍNIMA EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Período	Até Dezembro 2018 (%)	Até Dezembro 2019 (%)
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	18,53	17,17
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	28,20	27,80

Fonte: SEFAZ.

8. Regime próprio de previdência dos servidores do Estado

No governo do Estado do Espírito Santo, o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) é gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), com a competência da concessão e gestão dos benefícios previdenciários, bem como arrecadação, investimentos e administração das contribuições previdenciárias de órgãos ou entidades do Estado, vinculados ao Regime Próprio.

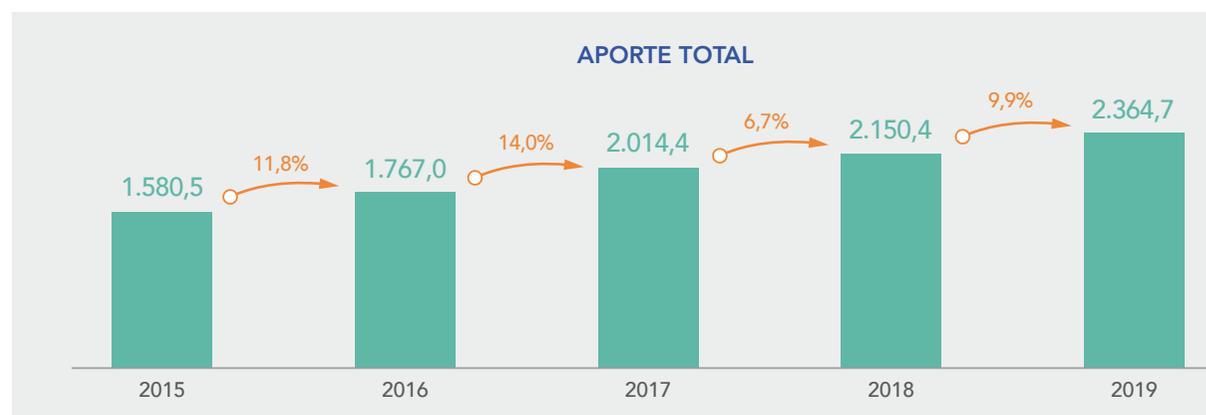
Em 2004, o IPAJM foi reestruturado a partir da publicação da Lei Complementar nº 282/2004, com o objetivo de unificar e reorganizar o regime de previdência dos servidores do Estado. Desde então, o IPAJM passou a exercer plenamente o papel de gestor único do RPPS.

Como decorrência desse ajustamento, o Instituto passou a ter dois regimes de financiamento:

- O **Fundo Previdenciário**: que atende os servidores titulares de cargo efetivo (e os seus dependentes) que ingressaram no serviço público estadual a partir de abril/2004. Este fundo constitui reserva de capital, sendo superavitário.

- O **Fundo Financeiro**: destinado aos beneficiários existentes na data de implantação (abril/2004) e aos funcionários ativos admitidos até essa data. Ao contrário do que ocorre com o Fundo Previdenciário, este é deficitário e necessita de constantes aportes por parte do Tesouro Estadual. Tal aporte é denominado “Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit do Fundo Financeiro”.

Abaixo é demonstrada a evolução do aporte nos últimos cinco anos em R\$ milhões:



Vale destacar que a partir de 2014, tornou-se vigente também o Regime Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, instituído pela Lei Complementar nº 711/2013, com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES), para os servidores que ingressaram no serviço público a partir de fevereiro de 2014. A partir dessa data, as aposentadorias e pensões concedidas pelo IPAJM serão limitadas ao teto máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

9. Situação patrimonial

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5,10	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	0,25
Créditos a Receber	2,18	Empréstimos e Financiamentos	0,41
Outros Ativos	1,12	Fornecedores	0,12
		Outros Passivos	0,76
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Créditos a Receber	1,62	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	0,17
Investimentos	9,39	Empréstimos e Financiamentos	6,12
Imobilizado	9,25	Outros Passivos	4,45
Intangível	0,19		
Outros Ativos	0,04		
TOTAL DO ATIVO	28,89	TOTAL DO PASSIVO	12,28
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	16,61
		TOTAL DO PASSIVO E DO PL	28,89

R\$ Bilhões

Ao término de 2019, o valor do ativo foi de R\$ 28,89 bilhões e do passivo de R\$ 12,28 bilhões, resultando em um patrimônio líquido de R\$ 16,61 bilhões, que variou positivamente em 24,7% quando comparado a 2018.

Na tabela abaixo, são demonstrados alguns índices contábeis da situação patrimonial do Estado:

Índice	Em 31/12/2018	Em 31/12/2019	%	Leitura
Liquidez Imediata	2,71	3,30	21,52	Quanto maior melhor
Participação de Capitais de Terceiros	83%	74%	-10,84	Quanto menor melhor
Solvência de Longo Prazo	0,77	0,82	6,90	Quanto maior melhor

Fonte: SEFAZ.

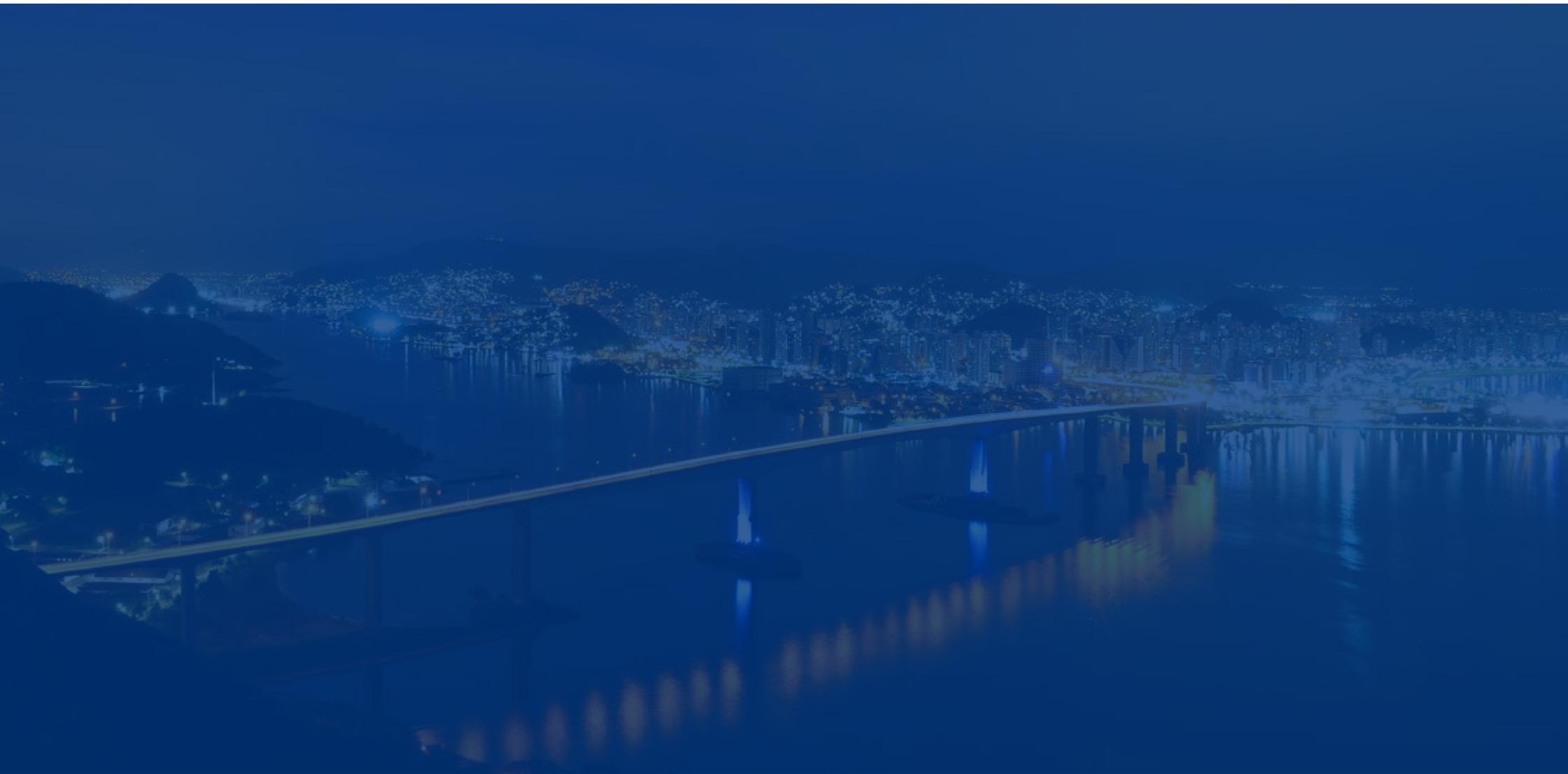
O índice de Liquidez Imediata apresentou uma variação positiva de 21,52% entre 2018 e 2019. Tal índice indica se o montante de recursos disponíveis no caixa é suficiente para atender às obrigações de curto prazo do governo do Estado.

Já o índice de Participação de Capitais de Terceiros, que variou negativamente 10,84%, mostra a proporção entre o passivo exigível (capital de terceiros) e o patrimônio líquido (capital próprio). Nesse sentido, quanto menor for o índice, menor também é o risco financeiro do governo.

Por fim, o índice de Solvência de Longo Prazo demonstra a capacidade do governo em pagar todas as dívidas (curto + longo prazo), portanto, quanto maior for o índice, maior é a solvência do governo. Em 2019, tal índice variou positivamente 6,9% em relação a 2018.

Base da elaboração das

demonstrações contábeis



1. Contexto operacional

O Governo do Estado do Espírito Santo é uma pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 27.080.530/0001-43, tendo a sua sede administrativa situada em Vitória/ES, na Praça João Clímaco, 142 – Cidade Alta, Centro.

As ações desenvolvidas pelo Estado estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

Conforme o disposto no artigo 36 do Decreto Estadual nº 4.532-R/2019 do Governo do Estado do Espírito Santo, as Demonstrações Contábeis Consolidadas têm por base exclusivamente os atos e fatos registrados no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) por órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado do Espírito Santo, comumente conhecidas como Balanço Geral do Estado (BGE), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam também o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Estadual (STN), e, de maneira subsidiária, as normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

O BGE tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado. Ele é composto pelo:

- a) Balanço Orçamentário (BO);
- b) Balanço Financeiro (BF);
- c) Balanço Patrimonial (BP);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- g) Notas Explicativas (NE).

SANTUÁRIO NACIONAL JOSÉ DE ANCHIETA - ANCHIETA/ES



O objetivo principal do BGE é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Estado e contribuir na prestação de contas da gestão econômica-financeira realizada no período a que se refere. No BGE, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outros dados que auxiliem na avaliação da gestão econômica-financeira do Governo Estadual.

As referidas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do referido ano.

2. Relação das empresas controladas pelo Estado do Espírito Santo

São controladas diretamente pelo Governo do Estado do Espírito Santo aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas são classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2019, são:

a) Empresas Estatais Dependentes

I - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA)

b) Empresas Estatais Não Dependentes

I - Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN)

II - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES)

III - Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES)

IV - Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB)

V - Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo (COHAB) - em liquidação

3. Base de preparação

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar

nº 101/2000 e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Gestão das Finanças

Públicas do Espírito Santo (SIGEFES), as Demonstrações Contábeis consolidam as contas dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público e da Defensoria Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Na elaboração das demonstrações contábeis do Estado são utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações, que, respectivamente, compensam ou eliminam as transações realizadas entre as entidades que compõem o OFSS, visto que essas formam o ente econômico denominado Estado. Essas operações são possíveis a partir da comparação de contas que possuem o subtítulo (5º nível da conta contábil) igual a 2 (INTRA OFSS) das contas de natureza de informação patrimonial.

Todavia, esse processo de consolidação implica alguns resíduos, pois:

- I. Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função dos processos operacionais.

EXEMPLO: a realização de uma variação patrimonial diminutiva em uma entidade pode preceder o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa em outra entidade;

- II. Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função do atendimento às obrigações legais ou da dependência de eventos futuros.

EXEMPLO: o reconhecimento de dividendos a receber somente ocorrerá após a aprovação da destinação do lucro pela assembleia geral de uma empresa estatal, porém a provisão do valor a ser pago é feita, anteriormente, no momento da apuração do resultado do período;

- III. Como não há correspondência biunívoca entre os itens e as contas a serem compensadas, nem sempre é possível a identificação da contrapartida do valor a ser compensado ou eliminado.

Ainda sobre o processo de consolidação, o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados, excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado do Espírito Santo, denominadas "INTRA OFSS", bem como as participações nas empresas estatais dependentes. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados, considerando as operações "INTRA OFSS".

Foram excluídos os seguintes valores de operações "INTRA OFSS" no processo de consolidação:

Classe de contas	Valores com as operações intra (I)	Ajuste de consolidação (II)	Valores consolidados sem as operações intra (III = I - II)
Ativo	28.904.036.765,60	14.414.541,19	28.889.622.224,41
Passivo	12.288.505.267,73	4.857.341,61	12.283.647.926,12
Patrimônio Líquido	16.679.656.356,41	6.656.366,29	16.672.999.990,12
Variações Patrimoniais Diminutivas	38.741.692.947,75	14.540.050.044,82	24.201.642.902,93
Variações Patrimoniais Aumentativas	38.677.568.089,21	14.542.950.878,11	24.134.617.211,10

Fonte: SIGEFES.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas notas explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5. Resumo das principais políticas contábeis

A seguir, são apresentadas as principais políticas contábeis adotadas no âmbito do Estado, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

- a) **Disponibilidades:** são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado;
- b) **Créditos e Obrigações:** os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados

ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados, considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As provisões devem corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar (ou extinguir) a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. As

atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

O registro de apropriações por competência de 13º salário e férias não foi realizado durante o exercício, tendo em vista que os relatórios para fins de contabilização ainda não foram concluídos e disponibilizados pela SEGER e pelo Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST). Tais relatórios já estão sendo desenvolvidos em conjunto pelo PRODEST, pela SEGER e pela SEFAZ a partir das informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (SIA-RHES). Não obstante a vasta complexidade inerente à folha de pagamento do Estado, os

referidos trabalhos encontram-se em fase de homologação;

- c) **Estoques:** são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição / produção / construção ou valor realizável líquido, entre esses o menor;
- d) **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa:** a partir da 6ª edição do MCASP aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, a STN não especificou mais uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação. A metodologia utilizada nessas demonstrações é a apresentada a seguir: média percentual de recebimentos passados e saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa;
- e) **Método da Equivalência Patrimonial (MEP):** as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o

Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

As participações pelo MEP estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31.10.2019, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2), que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB – BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não podem ser superiores em dois meses;

- f) **Método do Custo:** as demais participações devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Pelo método do custo, o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que receber as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado;
- g) **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** o adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios/proprietários para o aumento do capital

TORTA CAPIXABA



social de empresas, porém ainda pendente de integralização;

- h) **Imobilizado:** o ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação;

i) **Intangível:** os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em



BASÍLICA DE SANTO ANTÔNIO - VITÓRIA/ES

procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação;

j) **Depreciação e Amortização:** o método para a depreciação de bens móveis e imóveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo foi realizado pelas quotas constantes, por meio da "Portaria SEFAZ/SECONT/SEGER n° 24/2019", cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na referida portaria. No caso da amortização de *softwares*, os órgãos e as entidades do Poder Executivo estabeleceram o método linear para calcular a amortização.

A depreciação dos elementos do ativo imobilizado imobiliário com vida útil econômica limitada passou a ser contabilizada mensalmente a partir do ano de 2020, com base em informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. A vida útil econômica e a taxa utilizada foram definidas por meio da "Portaria SEFAZ/SECONT/SEGER n° 24/2019";

k) **Distinção entre Circulante e Não Circulante:** a política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, sendo que os demais direitos e obrigações são classificados como não

circulantes. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante;

l) **Provisões:** as provisões estão segregadas em cinco categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) provisões matemáticas previdenciárias; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos; e (v) outras provisões.

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis;

m) **Ativos e Passivos Contingentes:** os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota;

n) **Depósitos Judiciais:** optou-se por registrar como "outras receitas correntes" os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal n° 151/2015 e da Lei Estadual n° 10.549/2016;

o) Restos a Pagar: os restos a pagar não processados do Poder Executivo inscritos no exercício de 2018 e não liquidados até 26 de dezembro de 2019 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados;

p) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários: o Estado adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago (6.2.2.1.3.04) no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP – 8ª edição) faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções;

q) Registro da Receita Orçamentária: a política contábil do Estado do Espírito Santo é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “*Tesouro do Estado*” (Unidade Gestora 800102 - ENCARGOS GERAIS/SEFAZ). Também têm registro de receita orçamentária os

Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes;

r) Apuração do Resultado: no modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

(r.1) Resultado Patrimonial: a apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), de acordo com a ocorrência de seu fato gerador.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Estado e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para o Estado, implicando em saída de recursos, ou em redução de ativos, ou na assunção de passivos;

(r.2) Resultado Orçamentário: o regime orçamentário do Estado segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas

orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário;

(r.3) Resultado Financeiro: o resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado.

s) Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias: as receitas são apresentadas conforme a classificação econômica constante na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, e nas atualizações posteriores, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação e demonstradas pelo seu valor nominal;

t) Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias: as despesas foram fixadas pela Lei Orçamentária Anual (Lei nº 10.978/2019) e apresentadas conforme a classificação econômica da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 (e atualizações posteriores), sendo consideradas realizadas no momento do empenho e demonstradas pelo seu valor nominal;

u) Precatórios: após a saída do Regime Especial, o Estado, a partir de janeiro de 2017, deixou de



AGROTURISMO - VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

promover o repasse de 2% da receita corrente líquida para a conta especial de gestão de precatórios, passando a observar o procedimento do regime comum de pagamento preconizado pelo artigo 100 da CRFB/88, devendo proceder o pagamento dos precatórios apresentados até o dia 1º de julho até o fim do exercício subsequente (art. 1º e parágrafo único);

v) Desvinculação das Receitas Estaduais (DREM): o Estado do Espírito Santo aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93/2016, que desvinculou 30% das receitas do Estado relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de

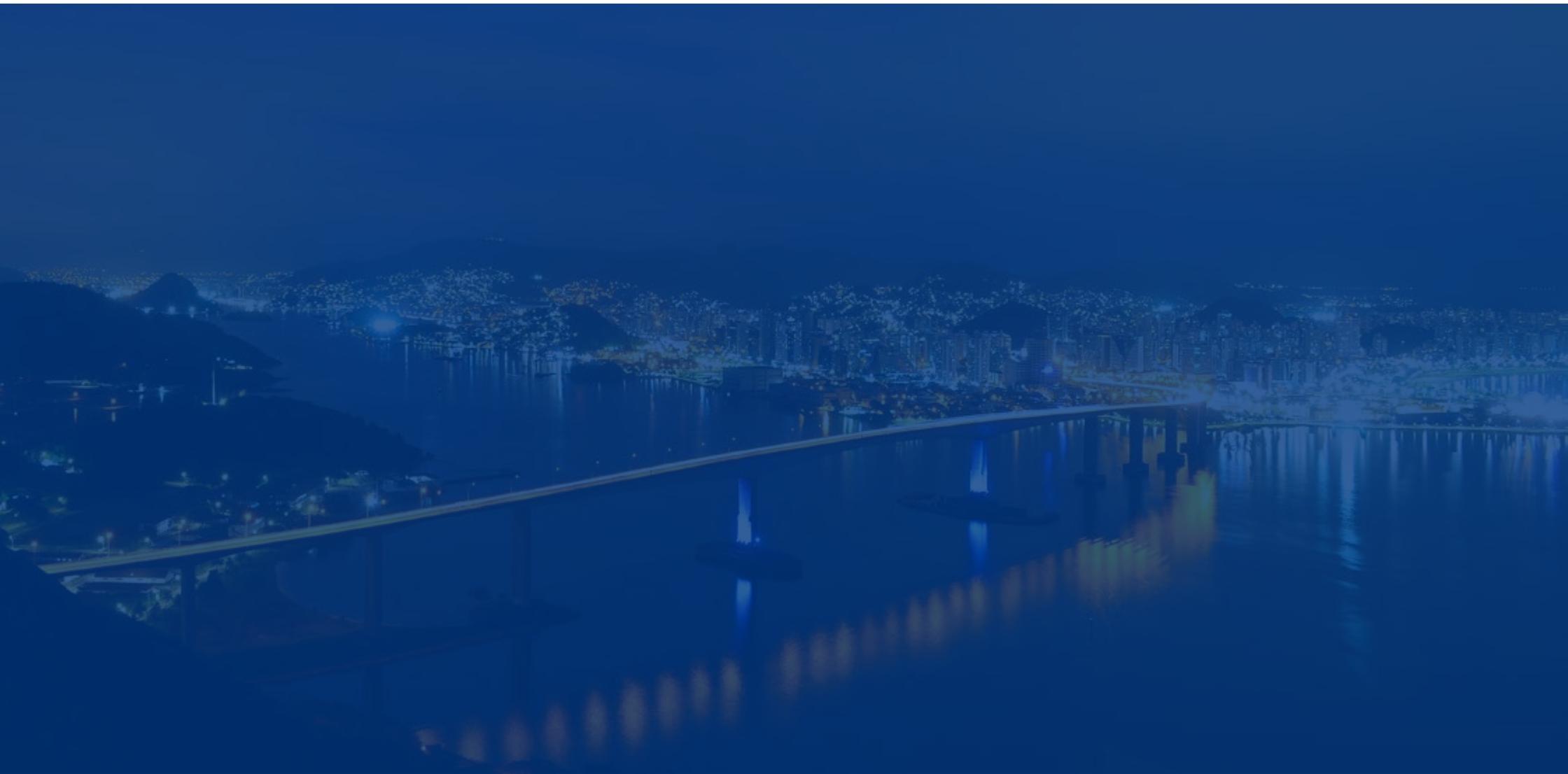
2023, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. No entanto, essa desvinculação da receita deve observar as exceções previstas no parágrafo único do artigo 76-A, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. A quantia desvinculada em 2019 foi de R\$ 110.201.277,47;

w) Reversão do Superávit Financeiro: o Estado do Espírito Santo aplicou os dispositivos da Lei Complementar nº 833/2016, do Governo do Estado do Espírito Santo, que reverteu o superávit financeiro dos recursos vinculados dos seus fundos e autarquias ao Tesouro Estadual. A quantia revertida em 2019 foi de R\$ 3.450.046,20.



Demonstrações
contábeis





BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2019

Anexo XII, da Lei 4.320/64

Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
RECEITAS CORRENTES (I)	16.599.536.691,00	17.239.803.804,65	19.021.718.507,58	1.781.914.702,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.592.633.627,00	8.093.116.063,61	8.441.438.195,79	348.322.132,18
IMPOSTOS	6.876.625.159,00	7.377.107.595,61	7.730.876.062,74	353.768.467,13
TAXAS	716.008.468,00	716.008.468,00	710.562.133,05	-5.446.334,95
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.391.573.759,00	3.391.573.759,00	3.146.238.346,18	-245.335.412,82
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.391.573.759,00	3.391.573.759,00	3.146.238.346,18	-245.335.412,82
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	600.691.383,00	600.691.383,00	840.054.913,61	239.363.530,61
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.316.606,00	2.316.606,00	777.384,96	-1.539.221,04
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	597.969.062,00	597.969.062,00	836.835.588,09	238.866.526,09
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	301.429,00	301.429,00	1.724.616,61	1.423.187,61
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	104.286,00	104.286,00	717.323,95	613.037,95
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DE ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	20.000,00	20.000,00	817,10	-19.182,90
RECEITA DE PRODUÇÃO VEGETAL	2.857,00	2.857,00	285,00	-2.572,00
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00

continua

continuação

Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	17.143,00	17.143,00	532,10	-16.610,90
RECEITA INDUSTRIAL	17.752.857,00	17.752.857,00	13.214.550,77	-4.538.306,23
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	17.752.857,00	17.752.857,00	13.214.550,77	-4.538.306,23
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	81.606.589,00	81.606.589,00	75.853.361,76	-5.753.227,24
RECEITA DE SERVIÇOS	81.606.589,00	81.606.589,00	75.853.361,76	-5.753.227,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.518.586.809,00	4.658.371.486,04	6.026.428.944,51	1.368.057.458,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.476.593.714,00	4.616.378.391,04	6.005.973.128,02	1.389.594.736,98
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	6.168.948,00	6.168.948,00	1.468.287,74	-4.700.660,26
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	52.751,48	52.751,48
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.824.147,00	35.824.147,00	18.934.777,27	-16.889.369,73
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	396.671.667,00	396.671.667,00	478.489.377,86	81.817.710,86
MULTAS E JUROS DE MORA	193.855.114,00	193.855.114,00	193.044.100,63	-811.013,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	59.227.350,00	59.227.350,00	173.622.623,88	114.395.273,88
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	84.733.775,00	84.733.775,00	57.391.761,01	-27.342.013,99
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	58.855.428,00	58.855.428,00	54.430.892,34	-4.424.535,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.121.324.813,00	1.129.724.813,00	443.440.396,10	-686.284.416,90

continua

continuação

Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	924.029.273,00	924.029.273,00	345.694.762,87	-578.334.510,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	592.818.085,00	592.818.085,00	257.575.311,68	-335.242.773,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	331.211.188,00	331.211.188,00	88.119.451,19	-243.091.736,81
ALIENAÇÃO DE BENS	3.020.000,00	3.020.000,00	4.207.303,64	1.187.303,64
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.020.000,00	3.020.000,00	4.095.461,02	1.075.461,02
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	111.842,62	111.842,62
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	154.662.526,00	163.062.526,00	41.362.986,47	-121.699.539,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.732.000,00	21.132.000,00	39.148.874,56	18.016.874,56
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	-3.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTIT. PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	138.930.526,00	138.930.526,00	2.214.111,91	-136.716.414,09
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	39.613.014,00	39.613.014,00	52.175.343,12	12.562.329,12
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DA DÍV. ATIVA PROV. DA AMORTIZ. EMP. E FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO - CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	39.613.014,00	39.613.014,00	52.175.343,12	12.562.329,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.720.861.504,00	18.369.528.617,65	19.465.158.903,68	1.095.630.286,03

continua

continuação

Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) =(c-b)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	17.720.861.504,00	18.369.528.617,65	19.465.158.903,68	1.095.630.286,03
DÉFICIT TOTAL (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V+VI)	17.720.861.504,00	18.369.528.617,65	19.465.158.903,68	1.095.630.286,03
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	1.096.426.767,91	842.976.273,02	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00		0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	-	1.096.426.767,91	842.976.273,02	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	-	0,00	0,00	-

Despesas orçamentárias	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.618.024.635,00	15.697.893.739,94	14.956.821.424,59	14.745.615.039,76	14.530.235.712,05	741.072.315,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.233.736.018,00	10.618.435.009,90	10.262.052.269,05	10.257.189.214,18	10.237.186.651,73	356.382.740,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	388.543.992,00	360.620.419,00	340.004.534,29	340.004.534,29	340.004.534,29	20.615.884,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.995.744.625,00	4.718.838.311,04	4.354.764.621,25	4.148.421.291,29	3.953.044.526,03	364.073.689,79
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.150.210.161,00	3.080.742.282,78	1.755.133.978,16	1.531.346.286,67	1.471.727.981,67	1.325.608.304,62
INVESTIMENTOS	1.367.330.640,00	2.109.163.474,83	1.073.295.128,80	849.507.437,31	790.413.865,87	1.035.868.346,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	622.335.892,00	822.040.178,95	537.424.448,54	537.424.448,54	536.899.714,98	284.615.730,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	160.543.629,00	149.538.629,00	144.414.400,82	144.414.400,82	144.414.400,82	5.124.228,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	270.882.893,00	575.547,84	0,00	0,00	0,00	575.547,84
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	17.039.117.689,00	18.779.211.570,56	16.711.955.402,75	16.276.961.326,43	16.001.963.693,72	2.067.256.167,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XII)	99.376.393,00	104.376.393,00	103.422.929,72	103.422.929,72	103.422.929,72	953.463,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	99.376.393,00	104.376.393,00	103.422.929,72	103.422.929,72	103.422.929,72	953.463,28
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	99.376.393,00	104.376.393,00	103.422.929,72	103.422.929,72	103.422.929,72	953.463,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+XII)	17.138.494.082,00	18.883.587.963,56	16.815.378.332,47	16.380.384.256,15	16.105.386.623,44	2.068.209.631,09
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	2.649.780.571,21	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII+XIV)	17.138.494.082,00	18.883.587.963,56	19.465.158.903,68	16.380.384.256,15	16.105.386.623,44	2.068.209.631,09
RESERVA DO RPPS	582.367.422,00	582.367.422,00	0,00	0,00	0,00	582.367.422,00

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 1 – QUADRO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Exercício: 2019

Anexo XII, da Lei 4.320/64

Restos a pagar não processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a pagar (f) = (a+b-d-e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS CORRENTES	15.948.843,81	211.075.085,03	140.227.747,10	139.151.178,55	69.810.591,76	18.062.158,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.944,36	3.435.341,58	743.057,06	742.408,78	2.695.350,12	28.527,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.917.899,45	207.639.743,45	139.484.690,04	138.408.769,77	67.115.241,64	18.033.631,49
DESPESAS DE CAPITAL	2.426.855,38	314.156.122,06	217.129.795,63	216.327.196,93	97.668.713,05	2.587.067,46
INVESTIMENTOS	2.426.855,38	314.156.122,06	217.129.795,63	216.327.196,93	97.668.713,05	2.587.067,46
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.375.699,19	525.231.207,09	357.357.542,73	355.478.375,48	167.479.304,81	20.649.225,99

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

ANEXO 2 - QUADRO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Exercício: 2019

Anexo XII, da Lei 4.320/64

Restos a pagar processados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a pagar (e) = (a+b-c-d)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
DESPESAS CORRENTES	43.563.524,10	179.548.632,83	167.837.453,14	8.173.539,68	47.101.164,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	768.649,76	12.658.661,02	11.005.163,84	1.957.314,80	464.832,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.794.874,34	166.889.971,81	156.832.289,30	6.216.224,88	46.636.331,97
DESPESAS DE CAPITAL	17.015.810,58	32.302.795,56	32.340.848,99	13.471.439,77	3.506.317,38
INVESTIMENTOS	16.097.664,09	29.808.236,05	29.884.873,17	12.860.575,31	3.160.451,66
INVERSÕES FINANCEIRAS	918.146,49	2.494.559,51	2.455.975,82	610.864,46	345.865,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	60.579.334,68	211.851.428,39	200.178.302,13	21.644.979,45	50.607.481,49

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2019

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

Ingressos		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	19.465.158.903,68	16.597.777.850,10
Ordinária	9.614.778.733,37	9.186.186.376,78
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.614.778.733,37	9.186.186.376,78
Vinculada	9.850.380.170,31	7.411.591.473,32
Recursos Vinculados à Educação	1.761.641.407,36	1.633.441.138,16
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	628.010.485,18	568.311.361,12
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (60%)	651.616.744,49	660.224.904,10
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)	388.727.508,73	305.664.734,34
131 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	71.549.746,44	69.851.201,95
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	45.561,89	61.868,91
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	14.599.110,55	13.035.406,26

Dispêndios		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	16.815.378.332,47	16.114.437.956,40
Ordinária	8.069.620.805,30	7.571.067.870,98
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.517.929.885,75	7.093.086.795,02
301 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS ORDINÁRIOS	551.690.919,55	477.981.075,96
Vinculada	8.745.757.527,17	8.543.370.085,42
Recursos Vinculados à Educação	2.190.018.616,20	2.093.959.578,29
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.051.156.905,15	996.630.368,51
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (60%)	670.811.230,84	642.470.726,39
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)	349.737.342,08	314.300.587,51
131 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	44.816.169,22	46.454.735,62
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	6.687.836,32	0,00
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	834.761,60	2.044.443,99

continua

continuação

Ingressos		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	3.874,22	11.498,60
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	150.414,41	154.390,27
151 - PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA	13.551,49	13.862,93
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	5.760.027,71	8.310.573,71
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	1.164.382,25	7.801.335,97
Recursos Vinculados à Saúde	2.087.819.007,99	1.841.106.516,37
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	1.351.979.323,94	1.212.165.667,89
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO	20.486,89	18.217.289,15
135 - SUS - PRODUÇÃO	0,00	610.723.559,33
155 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SUS – FEDERAL	709.647.439,04	0,00
156 - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SUS – FEDERAL	26.171.758,12	0,00

Dispêndios		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	106.179,00	0,00
302 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE	16.524.515,89	3.749.772,79
314 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - FUNDEB 40%	9.447.507,77	21.887.248,63
331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	19.171.052,85	32.663.423,52
347 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	9.683.106,05	16.065.737,71
348 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	131.995,44	121.167,61
352 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	5.287.633,12	13.067.930,01
365 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC	5.622.380,87	4.503.436,00
Recursos Destinados à Saúde	2.647.215.770,94	2.602.313.661,54
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	1.979.488.067,75	1.931.409.059,49
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO	0,00	8.762.881,83
135 - SUS - PRODUÇÃO	0,00	576.871.383,11
155 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SUS – FEDERAL	593.951.183,80	0,00
156 - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SUS – FEDERAL	5.568.593,10	0,00

continua

continuação

Ingressos		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	3.669.645.999,69	3.168.913.576,75
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	3.669.645.999,69	3.168.913.576,75
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	2.331.273.755,27	768.130.242,04
107 - ROYALTIES, PARTICIPAÇÃO ESPECIAL E FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	1.098.576.046,99	0,00
108 - DISTRIBUIÇÃO DA CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL - LEI Nº 13.885/2019	161.580.471,06	0,00
112 - REVERSÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - DECRETO Nº 2.829-R, DE 17/08/11	300.102,60	303.510,76
115 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.067.825,33	1.771.435,69
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS – LEI Nº 10.549, DE 1º DE JULHO DE 2016	24.950.518,17	33.208.230,43
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	28.868.538,51	40.525.185,15
139 - DOAÇÕES	6.369.709,18	1.303.318,80
141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	3.556,19	768.216,00
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	275.460.058,73	29.524.286,96

Dispêndios		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	23.904.631,45	25.140.714,40
334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO	8.431.319,24	9.093.605,65
335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO	35.871.975,60	51.036.017,06
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS	2.985.920.578,30	2.802.367.051,08
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	2.985.920.578,30	2.719.924.914,66
670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	0,00	82.442.136,42
Recursos Destinados à Seguridade Social	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	922.602.561,73	1.044.729.794,51
115 - ALIENAÇÃO DE BENS	118.996,31	0,00
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	19.502.972,34	17.957.340,52
141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	507,37	0,00
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	204.304.547,96	17.248.035,24
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	47.829.027,42	48.937.900,25
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	13.291.125,05	20.384.897,00
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	0,00	40.562,46
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	97.170.484,21	79.930.253,28
163 - RECURSOS LEI PELÉ	1.251.422,19	1.399.561,15

continua

continuação

Ingressos		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	88.953.668,83	62.384.499,19
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE	0,00	0,00
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	13.490.702,60	21.822.105,36
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	251.018,24	798.661,51
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	190.057.657,74	150.902.768,91
163 - RECURSOS LEI PELÉ	3.474.077,83	2.903.245,65
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	99.273,84	4.607.484,14
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	413.930.588,76	390.058.412,42
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	17.046.480,24	20.473.032,12
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	15.142,53	469,38
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.356.670,86	5.517.255,77
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.421.647,04	1.258.123,80

Dispêndios		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	0,00	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	364.113.169,42	350.634.912,15
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	13.151.995,68	14.139.631,38
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	1.821,92	0,00
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	4.578.767,28	1.479.304,30
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	78.489,39	0,00
315 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	1.648.886,95
316 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI Nº 10.549, DE 1º DE JULHO DE 2016	17.500.000,00	4.933.705,79
333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	27.712.826,69	35.941.430,69
339 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DOAÇÕES	672,46	62.736,84
341 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	2.362.740,53	660.799,43
342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	26.690.080,29	231.587.827,14
343 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.694.730,65	8.854.515,95
354 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CIDE	0,00	1.184.374,35
357 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	844.175,30	2.739.157,84
359 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	21.862.542,04	82.318.078,10

continua

continuação

Ingressos		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	11.287.588.797,76	11.286.243.552,67
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	9.052.350.086,01	9.079.627.714,58
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	2.074.714.545,36	2.005.700.693,18
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	160.524.166,39	200.915.144,91
RECEBIMENTO EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	9.788.167.654,10	8.937.473.691,11
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	434.994.076,32	525.231.207,09
Inscrição de Restos a Pagar Processados	274.997.632,71	211.851.428,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.829.503.346,95	8.184.901.155,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários	248.672.598,12	15.489.899,75
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	7.291.937.572,57	6.498.651.797,80
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	3.148.418.249,05	2.930.273.882,80

Dispêndios		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
363 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS LEI PELÉ	1.445.135,00	2.294.229,29
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	48.696.036,45	107.034.130,14
672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	6.188.741,92	11.486.366,54
673 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	515,87	10.815,68
674 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	887.564,54	1.041.024,59
675 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.323.473,45	779.317,46
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	11.287.588.797,76	11.286.243.552,67
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	9.052.350.086,01	9.079.627.714,58
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	2.074.714.545,36	2.005.700.693,18
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	160.524.166,39	200.915.144,91
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	9.493.124.870,41	8.627.527.810,04
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	356.709.569,73	233.432.449,76
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	198.947.107,88	212.911.016,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.689.495.379,10	8.168.128.853,56
Outros Pagamentos Extraorçamentários	247.972.813,70	13.055.490,22
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	10.236.760.927,47	7.291.937.572,57
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	5.095.603.448,40	3.148.418.249,05

continua

continuação

Ingressos		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Caixa	15.043,49	15.043,49
Conta Única	3.490.012,17	4.611.854,76
Conta Única RPPS	0,00	16.294,51
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	18.334.830,84	23.516.894,96
Rede Bancária - Arrecadação	10.079.080,28	9.224.206,61
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	3.116.499.282,27	2.892.889.588,47
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	322.473.881,97	312.298.359,47
Investimentos e Aplicações de Curto e Longo Prazos - RPPS	3.821.045.441,55	3.256.079.555,53
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	47.832.852.928,11	43.320.146.891,68

Dispêndios		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Caixa	15.167,39	15.043,49
Conta Única	3.053.186,92	3.490.012,17
Conta Única RPPS	11.400,72	0,00
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	181.501.471,59	18.334.830,84
Rede Bancária - Arrecadação	9.150.593,03	10.079.080,28
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.901.871.628,75	3.116.499.282,27
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	474.970.223,49	322.473.881,97
Investimentos e Aplicações de Curto e Longo Prazos - RPPS	4.666.187.255,58	3.821.045.441,55
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	47.832.852.928,11	43.320.146.891,68

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

QUADRO ANEXO AO BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2019

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

	2019			2018		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	24.967.330.751,62	-5.502.171.847,94	19.465.158.903,68	21.606.462.910,08	-5.008.685.059,98	16.597.777.850,10
Ordinária	11.773.095.149,83	-2.158.316.416,46	9.614.778.733,37	11.122.807.664,37	-1.936.621.287,59	9.186.186.376,78
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.773.095.149,83	-2.158.316.416,46	9.614.778.733,37	11.122.807.664,37	-1.936.621.287,59	9.186.186.376,78
Vinculada	13.194.235.601,79	-3.343.855.431,48	9.850.380.170,31	10.483.655.245,71	-3.072.063.772,39	7.411.591.473,32
Recursos Vinculados à Educação	1.761.641.735,47	-328,11	1.761.641.407,36	1.633.441.827,73	-689,57	1.633.441.138,16
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	628.010.679,08	-193,90	628.010.485,18	568.311.361,12	0,00	568.311.361,12
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (60%)	651.616.744,49	0,00	651.616.744,49	660.224.904,10	0,00	660.224.904,10
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB (40%)	388.727.508,73	0,00	388.727.508,73	305.664.734,34	0,00	305.664.734,34
131 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	71.549.880,65	-134,21	71.549.746,44	69.851.891,52	-689,57	69.851.201,95
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	45.561,89	0,00	45.561,89	61.868,91	0,00	61.868,91
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	14.599.110,55	0,00	14.599.110,55	13.035.406,26	0,00	13.035.406,26
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	3.874,22	0,00	3.874,22	11.498,60	0,00	11.498,60
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	150.414,41	0,00	150.414,41	154.390,27	0,00	154.390,27
151 - PROGRAMA DE APOIO AOS SISTEMAS DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA	13.551,49	0,00	13.551,49	13.862,93	0,00	13.862,93
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	5.760.027,71	0,00	5.760.027,71	8.310.573,71	0,00	8.310.573,71

continua

continuação

	2019			2018		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	1.164.382,25	0,00	1.164.382,25	7.801.335,97	0,00	7.801.335,97
Recursos Vinculados à Saúde	1.352.002.298,65	-2.487,82	1.351.999.810,83	1.841.134.599,04	-28.082,67	1.841.106.516,37
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	1.351.979.864,04	-540,10	1.351.979.323,94	1.212.168.900,99	-3.233,10	1.212.165.667,89
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO	22.434,61	-1.947,72	20.486,89	18.242.138,72	-24.849,57	18.217.289,15
135 - SUS - PRODUÇÃO	0,00	0,00	0,00	610.723.559,33	0,00	610.723.559,33
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	3.693.766.983,29	-24.120.983,60	3.669.645.999,69	3.221.382.903,88	-52.469.327,13	3.168.913.576,75
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	3.693.766.983,29	-24.120.983,60	3.669.645.999,69	3.221.382.903,88	-52.469.327,13	3.168.913.576,75
Recursos Vinculados à Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	6.386.824.584,38	-3.319.731.631,95	3.067.092.952,43	3.787.695.915,06	-3.019.565.673,02	768.130.242,04
107 - ROYALTIES, PARTICIPAÇÃO ESPECIAL E FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	1.098.576.046,99	0,00	1.098.576.046,99	0,00	0,00	0,00
108 - DISTRIBUIÇÃO DA CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL - LEI Nº 13.885/2019	161.580.471,06	0,00	161.580.471,06	0,00	0,00	0,00
112 - REVERSÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - DECRETO Nº 2.829-R, DE 17/08/11	300.102,60	0,00	300.102,60	303.510,76	0,00	303.510,76
115 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.067.825,33	0,00	1.067.825,33	1.771.435,69	0,00	1.771.435,69
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS – LEI Nº 10.549, DE 1º JULHO DE 2016	24.950.518,17	0,00	24.950.518,17	33.208.230,43	0,00	33.208.230,43
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	29.032.928,79	-164.390,28	28.868.538,51	40.702.825,21	-177.640,06	40.525.185,15
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	3.197.441.508,84	-3.197.441.508,84	0,00	2.868.108.106,15	-2.868.108.106,15	0,00
139 - DOAÇÕES	6.369.709,18	0,00	6.369.709,18	1.303.318,80	0,00	1.303.318,80
141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	74.611,13	-71.054,94	3.556,19	768.216,00	0,00	768.216,00
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	275.460.058,73	0,00	275.460.058,73	29.558.541,28	-34.254,32	29.524.286,96
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	88.953.668,83	0,00	88.953.668,83	62.384.499,19	0,00	62.384.499,19

continua

continuação

	2019			2018		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE	4.415.830,10	-4.415.830,10	0,00	7.200.585,80	-7.200.585,80	0,00
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	13.490.702,60	0,00	13.490.702,60	21.822.105,36	0,00	21.822.105,36
155 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SUS – FEDERAL	709.647.439,04	0,00	709.647.439,04	0,00	0,00	0,00
156 - BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - SUS – FEDERAL	26.205.210,90	-33.452,78	26.171.758,12	0,00	0,00	0,00
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	251.132,89	-114,65	251.018,24	810.973,13	-12.311,62	798.661,51
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	190.175.751,46	-118.093,72	190.057.657,74	151.986.394,65	-1.083.625,74	150.902.768,91
163 - RECURSOS LEI PELÉ	3.474.077,83	0,00	3.474.077,83	2.903.245,65	0,00	2.903.245,65
164 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - ROYALTIES - LEI Nº 8.308/06	116.365.432,88	-116.365.432,88	0,00	141.766.376,69	-141.766.376,69	0,00
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	351.628,44	-252.354,60	99.273,84	4.607.484,14	0,00	4.607.484,14
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	414.750.666,15	-820.077,39	413.930.588,76	391.241.106,34	-1.182.693,92	390.058.412,42
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	17.094.053,52	-47.573,28	17.046.480,24	20.473.073,82	-41,70	20.473.032,12
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	15.142,53	0,00	15.142,53	469,38	0,00	469,38
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.358.419,35	-1.748,49	5.356.670,86	5.517.292,79	-37,02	5.517.255,77
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.421.647,04	0,00	1.421.647,04	1.258.123,80	0,00	1.258.123,80
TOTAL	24.967.330.751,62	-5.502.171.847,94	19.465.158.903,68	21.606.462.910,08	-5.008.685.059,98	16.597.777.850,10

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2019

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ATIVO CIRCULANTE	8.400.978.346,26	6.653.166.739,62	PASSIVO CIRCULANTE	1.544.719.074,33	1.159.815.099,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.095.603.448,40	3.148.418.249,05	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Curto Prazo	252.969.642,72	220.930.665,38
Créditos a Curto Prazo	2.182.741.434,88	2.512.892.791,05	Pessoal a Pagar	235.241.445,10	177.283.628,14
Créditos Tributários a Receber	1.941.915.180,61	2.487.996.951,92	Benefícios Previdenciários a Pagar	76.008,43	76.008,43
Clientes	22.212.028,08	24.835.140,76	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	58.899.655,82	0,00	Encargos Sociais a Pagar	17.652.189,19	43.571.028,81
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	60.698,37	60.698,37	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	406.163.223,07	239.603.276,84
Dívida Ativa Tributária	120.216.861,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	124.967.949,53	150.811.818,77
Dívida Ativa Não Tributária	39.437.011,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	33.077.398,98	3.414.297,71
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	3.061.895,33	7.436.422,18
Demais Créditos e Valores de CP	749.297.112,26	583.991.464,95	Provisões a Curto Prazo	15.487.265,54	3.026.461,91
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	124.676.585,00	185.199.962,03	Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	244.616.945,05	219.900.626,89	Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	2.067.406,15	2.002.989,97	Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	1.036.255,20
V.P.D. Pagas Antecipadamente	1.975.414,52	760.655,68	Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	2.146.409,58	0,00
			Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo	0,00	0,00
			Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo	0,00	0,00

continua

continuação

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
			Outras Provisões a Curto Prazo	13.340.855,96	1.990.206,71
			Demais Obrigações a Curto Prazo	708.991.699,16	534.592.156,83
ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.488.643.878,15	19.100.663.204,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10.738.928.851,79	10.530.669.840,76
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.662.395.167,38	2.306.110.120,49	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Longo Prazo	168.446.963,98	450.580.681,37
Créditos a Longo Prazo	1.624.257.803,09	2.262.142.343,53	Pessoal a Pagar	152.144.960,50	92.518.712,50
Créditos Tributários a Receber	502.203.958,57	558.945.079,84	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.943.921.504,20	1.427.836.338,22	Encargos Sociais a Pagar	16.302.003,48	358.061.968,87
Dívida Ativa Tributária	25.087.046.434,70	21.477.039.114,52	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	6.117.827.205,62	6.207.028.222,94
Divida Ativa não Tributária	74.142.652,74	154.953,71	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Previdenciários do RPPS	0,00	83.827,70	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	320.799.182,79	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-25.983.056.747,12	-21.201.916.970,46	Provisões a Longo Prazo	4.131.855.499,40	3.873.060.936,45
Demais Créditos e Valores a LP	27.884.790,14	26.588.808,58	Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	2.213.312,08	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	10.252.574,15	17.378.968,38	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	3.319.315.396,61	2.492.618.793,96
Estoques	0,00	0,00	Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	9.388.387.470,42	8.149.688.145,45	Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Participações Permanentes	4.846.876.799,84	4.513.842.665,93	Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	4.844.698.876,77	4.511.688.045,65	Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	2.177.923,07	2.154.620,28	Outras Provisões a Longo Prazo	810.326.790,71	1.380.442.142,49
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	0,00	0,00	Demais Obrigações de LP	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00

continua

continuação

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	12.283.647.926,12	11.690.484.940,38
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	4.541.510.670,58	3.635.845.479,52			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
Imobilizado	9.248.584.658,62	8.495.798.641,04			
Bens Móveis	1.501.713.793,99	1.365.255.761,04			
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Móveis	-595.942.325,32	-465.984.811,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00			
Bens Imóveis	8.355.486.999,33	7.608.563.906,72	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Imóveis	-12.673.809,38	-12.036.215,36	Patrimônio Social/Capital Social	245.866.365,33	245.866.365,33
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Adiant. Para Futuro Aumento de Capital	308.941,31	354.337,02
Intangível	189.276.581,73	149.066.297,64	Reservas de Capital	0,00	0,00
Softwares	192.599.128,03	157.843.755,77	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-5.591.110,61	-8.777.941,52	Reservas de Lucros	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	0,00	0,00	Demais Reservas	16.534.144,84	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.268.564,31	483,39	Resultados Acumulados	16.343.264.846,81	13.817.124.301,51
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Resultado do Exercício	-67.025.691,83	-4.540.719.859,45
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	13.537.937.463,84	11.530.427.170,73
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.593.166.237,13	6.548.230.152,56

continua

continuação

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
(-) Amortização Acumulada de Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Outros Resultados	279.186.837,67	279.186.837,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.605.974.298,29	14.063.345.003,86
TOTAL DO ATIVO	28.889.622.224,41	25.753.829.944,24	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.889.622.224,41	25.753.829.944,24
ATIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	0,00	0,00
ATIVO			PASSIVO	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	10.239.656.482,71	7.294.921.928,77	PASSIVO FINANCEIRO	1.294.737.237,40	1.195.905.746,95
ATIVO PERMANENTE	18.649.965.741,70	18.458.908.015,47	PASSIVO PERMANENTE	11.417.033.995,37	10.998.655.376,87
TOTAL DO ATIVO (I)	28.889.622.224,41	25.753.829.944,24	TOTAL PASSIVO (II)	12.711.771.232,77	12.194.561.123,82
			SALDO PATRIMONIAL (I-II)	16.177.850.991,64	13.559.268.820,42

Compensações Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Compensações Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Atos Potenciais Ativos	5.694.566.436,91	5.431.592.186,67	Atos Potenciais Passivos	20.112.856.651,92	19.394.547.459,67
Garantias e Contragarantias Recebidas	186.882.740,65	173.295.487,62	Garantias e Contragarantias Concedidas	54.090.886,20	51.719.649,81
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.150.562.489,53	1.063.186.840,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	5.476.194.130,82	5.105.394.492,08
Direitos Contratuais	43.393.644,88	18.233.318,95	Obrigações Contratuais	9.690.874.408,07	10.044.462.416,15
Outros Atos Potenciais Ativos	4.313.727.561,85	4.176.876.540,10	Outros Atos Potenciais Passivos	4.891.697.226,83	4.192.970.901,63

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2019

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

Fontes de recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
01 - Recursos Ordinários	1.397.210.318,50	939.490.561,42
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	85.432.077,77	85.124.848,67
04 - Ações e Serviços de Saúde	23.217.152,63	47.981.173,79
07 - Royalties, Participação Especial e Fundo Especial do Petróleo	1.091.027.563,44	0,00
08 - Distribuição da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	159.964.666,36	0,00
12 - Superávit Financeiro - Dec. 2829-r de 17/08/11	5.359.415,50	5.059.312,90
14 - FUNDEB - 40%	20.014.357,52	9.447.507,77
15 - Alienação de Bens	3.689.867,78	2.795.738,76
16 - Depósitos Judiciais – Lei 10.549, de 1º de julho de 2016	40.663.659,81	33.213.141,64
31 - Cota-Parte Estadual do Salário-Educação	58.879.379,01	49.466.227,82
33 - Convênios - União	48.547.730,98	63.772.738,19
34 - Incentivo SUS - União	37.644.774,15	45.594.287,69
35 - SUS - Produção	21.352.923,35	45.602.139,28
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	0,00	0,63
39 - Doações	16.939.161,40	11.737.784,95
41 - Convênios com Órgãos Não Federais	586.899,72	2.362.740,53
42 - Operações de Crédito Internas	282.433.237,61	220.114.310,88
43 - Operações de Crédito Externas	69.230.922,84	25.708.906,10
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	596.129,66	550.567,77
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.016.888,26	16.788.720,08

continua

continuação

Fontes de recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
48 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3.874,22	131.995,44
49 - Programa Brasil Alfabetizado	2.939.608,79	2.789.194,38
50 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO	0,00	239,97
51 - Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento ao EJA	325.411,89	311.860,40
52 - Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	21.010.382,09	21.372.749,10
54 - CIDE	2.763.573,39	2.326.470,72
55 - Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - SUS - Federal	113.110.091,51	0,00
56 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - SUS - Federal	20.599.469,25	0,00
57 - Incentivo SUAS - União	3.692.458,45	4.260.910,79
59 - Transferências Financeiras a Fundos	304.558.833,28	229.806.798,50
63 - Recursos Lei Pelé	4.599.680,54	3.539.697,89
65 - PRONAT	23.459.206,73	28.023.384,35
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	4.706.757,98	4.607.484,14
70 - Recursos da Previdência	4.661.086.835,83	3.816.491.799,03
71 - Arrecadado pelo Órgão	326.523.798,38	301.769.651,08
72 - Convênios com Órgãos Federais	38.983.557,26	40.012.001,06
73 - Convênios com Órgãos Não Federais	14.208,59	1.403,85
74 - Transferências de Instituições Privadas	35.888.874,70	35.939.265,06
75 - Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS	2.845.496,14	2.820.567,19
Total das Fontes de Recursos	8.944.919.245,31	6.099.016.181,82

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício: 2019

Anexo XV, da Lei 4.320/64

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.228.107.389,79	11.980.272.556,39
Impostos	12.517.545.256,74	11.319.913.647,06
Taxas	710.562.133,05	660.358.909,33
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	376.969.788,26	366.787.196,33
Contribuições Sociais	376.969.788,26	366.787.196,33
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	84.092.980,13	77.533.993,38
Venda de Mercadorias	99.225,41	114.975,04
Venda de Produtos	7.001.616,27	7.208.157,65
Exploração de Bens e Direitos, e Prestação de Serviços	76.992.138,45	70.210.860,69
VPA - Financeiras	2.622.361.334,25	1.254.566.896,98
Juros e Encargos de Emp. e Fin. Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	1.114.559.370,33	109.866.951,81
Variações Monetárias e Cambiais	223.901.133,39	255.440.997,48
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de D. Bancários e A. Financeiras	768.881.242,42	518.659.684,36
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras	515.019.588,11	370.599.263,33
Transferências e Delegações Recebidas	6.812.114.867,25	5.688.725.239,76
Transferências Intragovernamentais	3.667.224,14	24.506.490,94

continua

continuação

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Intergovernamentais	6.645.306.849,71	5.472.759.331,19
Transferências de Instituições Privadas	155.476.439,27	191.413.841,53
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	7.664.354,13	45.576,10
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	237.803.828,98	97.114.199,40
Reavaliação de Ativos	145.481.374,81	0,00
Ganhos com Alienação	3.751.730,88	4.993.446,28
Ganhos com Incorporação de Ativos	57.125.737,31	70.596.167,14
Ganhos com Desincorporação de Passivos	31.444.985,98	21.524.585,98
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	773.167.022,44	624.336.463,01
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	433.293.816,08	309.328.147,48
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	7.237.351,43	9.044.627,34
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	332.635.854,93	305.963.688,19
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	24.134.617.211,10	20.089.336.545,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos Sociais	4.812.373.853,12	4.788.769.357,67
Remuneração a Pessoal	4.234.179.759,90	4.382.787.295,31
Encargos Patronais	214.291.390,31	70.191.805,82
Benefícios a Pessoal	318.968.989,35	305.533.150,27
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	44.933.713,56	30.257.106,27

continua

continuação

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.041.439.739,15	2.856.757.063,05
Aposentadoria e Reformas	2.499.080.585,63	2.346.844.792,95
Pensões	492.206.442,31	466.396.457,38
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	50.152.711,21	43.515.812,72
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.295.417.295,97	2.407.615.975,61
Uso de Material de Consumo	624.936.861,68	704.639.620,31
Serviços	1.561.089.581,79	1.543.130.997,39
Depreciação, Amortização e Exaustão	109.390.852,50	159.845.357,91
VPD - Financeiras	750.586.157,16	1.003.298.839,69
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	325.053.793,96	320.558.278,36
Juros e Encargos de Mora	466.474,12	560.450,08
Variações Monetárias e Cambiais	312.921.010,43	658.930.489,41
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	112.144.878,65	23.249.621,84
Transferências e Delegações Concedidas	7.252.712.134,33	6.619.377.867,43
Transferências Intragovernamentais	0,00	2.296.897,30
Transferências Intergovernamentais	5.802.842.789,84	5.331.566.984,12
Transferências para Instituições Privadas	1.348.697.538,03	1.189.661.633,71
Transferências a Instituições Multigovernamentais	3.148.056,88	2.242.105,05
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	801.224,00	400.612,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	97.222.525,58	93.209.635,25
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00

continua

continuação

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.748.843.616,08	6.134.238.296,72
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	4.707.245.739,75	6.068.858.852,69
Perdas com Alienação	2.378.994,07	7.841.050,85
Perdas Involuntárias	25.284.549,20	23.098.264,82
Incorporação de Passivos	2.389.669,57	0,00
Desincorporação de Ativos	11.544.663,49	34.440.128,36
Tributárias	191.698.299,54	145.484.490,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.730.650,94	2.693.873,17
Contribuições	188.967.648,60	142.790.617,22
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.108.571.807,58	674.514.514,14
Premiações	9.076.852,91	12.198.524,57
Resultado Negativo de Participações	69.776.267,52	10.528.568,29
Incentivos	90.969.647,91	82.521.022,13
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição das Provisões	837.515.492,72	421.328.865,04
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	101.233.546,52	147.937.534,11
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	24.201.642.902,93	24.630.056.404,70
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	-67.025.691,83	-4.540.719.859,45

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

Exercício: 2019

Variações Patrimoniais Qualitativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo	1.358.606.179,20	1.100.267.545,83
Desincorporação de Passivo	247.837.330,54	290.150.441,20
Incorporação de Passivo	345.694.762,87	61.324.082,54
Desincorporação de Ativo	5.403.124,91	11.649.488,61

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Exercício: 2019

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

Credor	Estoque anterior ao ano de 2019	Inscrição	Atualização	Baixa	Amortização	Estoque atual
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	2.838.909,73	154.483,49	0,00	0,00	90.085,91	2.903.307,31
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	605.420,83	0,00	-0,01	0,00	18.294,49	587.126,33
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	944.605,73	0,00	0,00	0,00	28.543,92	916.061,81
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	1.202.356,31	0,00	0,01	0,00	105.163,77	1.097.192,55
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	996.484,32	0,00	-0,01	0,00	77.565,36	918.918,95
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	2.095.922,07	419.048,30	-0,01	0,00	180.988,50	2.333.981,86
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	2.994.272,81	0,00	0,00	0,00	227.903,17	2.766.369,64
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	508.635,49	0,00	-0,01	17.119,45	41.784,82	449.731,21
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	1.830.652,07	0,00	-61,59	0,00	152.616,52	1.677.973,96
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	1.629.921,40	469.557,31	0,02	0,00	161.786,54	1.937.692,19
CT0394996 - CEF - FINISA	354.827.659,60	0,00	1.088.724,27	0,00	0,00	355.916.383,87
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	370.474.840,36	1.043.089,10	1.088.662,67	17.119,45	1.084.733,00	371.504.739,68
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	19.862.803,57	0,00	-10.794,48	0,00	19.852.009,09	0,00
CT1020079 - BNDES - PEF II	17.531.536,70	0,00	16.359,49	0,00	11.685.985,38	5.861.910,81
CT0921536 - BNDES - TRANSCOL IV	36.463.496,07	0,00	27.265,34	0,00	24.298.421,83	12.192.339,58
CT1221155 - BNDES - PROEDES	2.386.859.843,71	249.168.040,25	8.040.666,71	0,00	0,00	2.644.068.550,67
CT1212601 - BNDES - BRT	52.859.793,14	7.364.182,33	175.108,01	0,00	4.313.551,07	56.085.532,41
BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A	2.513.577.473,19	256.532.222,58	8.248.605,07	0,00	60.149.967,37	2.718.208.333,47
PASEP	72.576.169,81	0,00	2.813.914,28	0,00	5.554.496,11	69.835.587,98
UG 600201 - IPAJM	72.576.169,81	0,00	2.813.914,28	0,00	5.554.496,11	69.835.587,98
PARCELAMENTOS A PAGAR	72.576.169,81	0,00	2.813.914,28	0,00	5.554.496,11	69.835.587,98

continua

continuação

Credor	Estoque anterior ao ano de 2019	Inscrição	Atualização	Baixa	Amortização	Estoque atual
(A) TOTAL NÃO INCLUÍDO NO REFINANCIAMENTO :	2.956.628.483,36	257.575.311,68	12.151.182,02	17.119,45	66.789.196,48	3.159.548.661,13
CT051910448 - UNIÃO/CEF/COHAB 11	863.621.306,59	0,00	0,01	0,00	47.319.993,74	816.301.312,86
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	863.621.306,59	0,00	0,01	0,00	47.319.993,74	816.301.312,86
CT0000698 - UNIÃO - B. BRASIL	1.421.398.684,20	0,00	28.882.740,57	0,00	26.459.435,14	1.423.821.989,63
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	35.215.962,73	0,00	0,02	0,00	7.054.181,12	28.161.781,63
UNIÃO	1.456.614.646,93	0,00	28.882.740,59	0,00	33.513.616,26	1.451.983.771,26
PASEP	302.176.133,54	0,00	-0,04	0,00	22.589.319,72	279.586.813,78
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	302.176.133,54	0,00	-0,04	0,00	22.589.319,72	279.586.813,78
PARCELAMENTOS A PAGAR	302.176.133,54	0,00	-0,04	0,00	22.589.319,72	279.586.813,78
(B) TOTAL DE REFINANCIAMENTO:	2.622.412.087,06	0,00	28.882.740,56	0,00	103.422.929,72	2.547.871.897,90
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	120.061.548,47	9.013.191,82	98.738.731,40	9.279.758,36	32.268.173,09	186.265.540,24
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	4.330.717,00	0,00	75.820,91	0,00	618.000,00	3.788.537,91
030101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	26.089.129,91	0,00	188.833,96	9.279.758,36	6.700.512,44	10.297.693,07
050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	81.066.510,43	6.859.407,69	98.474.076,53	0,00	24.949.660,65	161.450.334,00
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	0,00	4.464,00	0,00	0,00	0,00	4.464,00
600210 - FUNDO FINANCEIRO	8.575.191,13	2.149.320,13	0,00	0,00	0,00	10.724.511,26
PRECATÓRIOS A PAGAR	166.530.023,70	180.856.870,48	75.248,70	1.837.128,84	152.079.362,69	193.545.651,35
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	454.942,28	0,00	0,00	0,00	454.942,28	0,00
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	50.342,10	0,00	0,00	0,00	50.342,10	0,00
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	709.012,45	0,00	0,00	638.897,85	70.114,60	0,00
320202 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	0,00	234.694,94	0,00	0,00	0,00	234.694,94
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1.212.210,02	78.804,30	0,00	0,00	1.215.005,89	76.008,43

continua

continuação

Credor	Estoque anterior ao ano de 2019	Inscrição	Atualização	Baixa	Amortização	Estoque atual
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	51.972,06	0,00	0,00	0,00	51.972,06	0,00
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	40.629,52	0,00	0,00	0,00	40.629,52	0,00
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	440.651,70	0,00	0,00	0,00	440.651,70	0,00
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	163.570.263,57	180.543.371,24	75.248,70	1.198.230,99	149.755.704,54	193.234.947,98
(C) OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	286.591.572,17	189.870.062,30	98.813.980,10	11.116.887,20	184.347.535,78	379.811.191,59
TOTAL GERAL DA DÍVIDA INTERNA (A + B + C)	5.865.632.142,59	447.445.373,98	139.847.902,68	11.134.006,65	354.559.661,98	6.087.231.750,62

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Exercício: 2019

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

	Estoque anterior ao ano de 2019	Inscrição	Atualização	Baixa	Amortização	Estoque atual
CT0001002 - BID - PRES II	142.398.900,00	0,00	4.418.085,00	0,00	18.439.190,00	128.377.795,00
CT0002483 - BID - PRES III	597.912.781,97	0,00	23.660.565,66	0,00	34.157.798,51	587.415.549,12
CT0002245 - BID - PROFAZ	53.930.002,33	0,00	2.021.860,09	2.157.200,09	4.426.803,05	49.367.859,28
CT000000002 - BID - ESTADO PRESENTE/SEGURANÇA CIDADÃ	22.557.927,03	20.885.781,70	405.434,15	0,00	0,00	43.849.142,88
SUBTOTAL - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID (I)	816.799.611,33	20.885.781,70	30.505.944,90	2.157.200,09	57.023.791,56	809.010.346,28
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	28.972.655,30	0,00	1.318.217,43	0,00	12.254.295,52	18.036.577,21
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	205.292.716,20	0,00	8.014.313,45	0,00	10.417.714,45	202.889.315,20
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	191.278.249,88	67.233.669,49	11.302.100,87	133.757.987,51	0,00	136.056.032,73
SUBTOTAL - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD (II)	425.543.621,38	67.233.669,49	20.634.631,75	133.757.987,51	22.672.009,97	356.981.925,14
TOTAL (III) = (I + II)	1.242.343.232,71	88.119.451,19	51.140.576,65	135.915.187,60	79.695.801,53	1.165.992.271,42

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Exercício: 2019

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

Especificação	Saldo do exercício anterior	Movimentação do exercício		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	815.906.029,86	709.991.709,03	744.702.142,12	781.195.596,77
EXERCÍCIOS ANTERIORES	815.906.029,86	0,00	744.702.142,12	71.203.887,74
PROCESSADOS	260.676.203,55	0,00	213.473.167,92	47.203.035,63
NÃO PROCESSADOS	555.229.826,31	0,00	531.228.974,20	24.000.852,11
EXERCÍCIO ATUAL	0,00	709.991.709,03	0,00	709.991.709,03
PROCESSADOS	0,00	274.997.632,71	0,00	274.997.632,71
NÃO PROCESSADOS	0,00	434.994.076,32	0,00	434.994.076,32
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	396.179.011,05	8.940.855.784,58	8.818.643.815,74	518.390.979,89
CONSIGNAÇÕES	22.249.340,77	2.300.241.720,11	2.304.987.495,88	17.503.565,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.177.713,12	5.360.666.984,74	5.366.509.176,84	31.335.521,02
RECURSOS VINCULADOS	24.884.452,91	19.529.500,54	18.719.837,40	25.694.116,05
VALORES A REPASSAR - DETRAN	67.741.184,51	164.882.382,85	161.586.380,42	71.037.186,94
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	213.817.716,40	530.464.459,74	393.255.666,74	351.026.509,40
PENAS PECUNIÁRIAS	13.894.419,30	7.080.884,94	4.661.845,59	16.313.458,65
RECEITAS PENDENTES	1.333.566,26	407.346.232,16	407.526.582,91	1.153.215,51
RESTITUIÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	153.962,24	39.813.530,81	39.808.552,68	158.940,37
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.926.655,54	110.830.088,69	121.588.277,28	4.168.466,95
TOTAL	1.212.085.040,91	9.650.847.493,61	9.563.345.957,86	1.299.586.576,66

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (NBCASP)

Exercício: 2019

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	38.637.482.203,86	35.510.008.180,99
Receita Tributária	8.441.438.195,79	7.645.450.152,10
Receita de Contribuições	3.146.238.346,18	2.873.786.446,74
Receita Patrimonial	91.037.689,26	78.465.125,12
Receita Agropecuária	817,10	11.438,10
Receita Industrial	13.214.550,77	14.063.582,68
Receita de Serviços	75.853.361,76	68.108.713,20
Remuneração das Disponibilidades	749.017.224,35	476.959.181,61
Outras Receitas Derivadas e Originárias	478.889.355,91	410.081.173,60
Transferências Correntes Recebidas	17.314.017.742,27	16.192.895.887,32
Outros Ingressos Operacionais	8.327.774.920,47	7.750.186.480,52
DESEMBOLSOS	34.466.060.585,90	33.233.496.216,32
Pessoal e Demais Despesas	14.497.219.809,45	13.875.308.949,47
Juros e Encargos da Dívida	340.004.534,29	328.252.451,60
Transferências Concedidas	11.287.588.797,76	11.286.243.552,67
Outros Desembolsos Operacionais	8.341.247.444,40	7.743.691.262,58
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)	4.171.421.617,96	2.276.511.964,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	55.982.668,71	44.563.337,65
Alienação de Bens	4.207.303,64	5.529.943,27
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	45.787.401,29	39.033.394,38
Outros Ingressos de Investimentos	5.987.963,78	0,00

continua

continuação

	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESEMBOLSOS	1.575.981.626,77	1.329.986.944,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	874.160.634,43	681.602.581,34
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	474.001.250,71	397.301.876,92
Outros Desembolsos de Investimentos	227.819.741,63	251.082.486,65
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-1.519.998.958,06	-1.285.423.607,26
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	387.057.749,34	79.636.364,65
Operações de Crédito	345.694.762,87	61.324.082,54
Transferências de Capital Recebidas	41.362.986,47	18.312.282,11
Outros Ingressos de Financiamento	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	247.837.330,54	290.150.441,20
Amortização/Refinanciamento da Dívida	247.837.330,54	290.150.441,20
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	139.220.418,80	-210.514.076,55
VARIAÇÕES CAMBIAIS SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (IV)	1.683.934,68	2.535.971,41
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	2.792.327.013,38	783.110.252,27
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III+IV)	2.792.327.013,38	783.110.252,27
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	6.969.463.690,60	6.186.353.438,33
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.761.790.703,98	6.969.463.690,60

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ.

ANEXO 1 – QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Exercício: 2019

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	4.989.019.049,79	3.943.780.224,70
da União	4.986.511.144,48	3.939.901.488,67
de Municípios	2.507.905,31	3.878.736,03
Intragovernamentais	11.287.588.797,76	11.286.243.552,67
Outras Transferências Recebidas	1.037.409.894,72	962.872.109,95
Demais Transferências	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	17.314.017.742,27	16.192.895.887,32
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	11.287.588.797,76	11.286.243.552,67
Total das Transferências Concedidas	11.287.588.797,76	11.286.243.552,67

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 2 – QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Exercício: 2019

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
01 - LEGISLATIVA	381.046.981,14	344.416.187,95
02 - JUDICIÁRIA	1.079.127.649,59	1.030.630.297,58
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	546.949.920,71	467.677.987,35
04 - ADMINISTRAÇÃO	651.776.842,89	691.292.006,19
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	2.259.735.559,01	2.205.620.643,60
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	91.840.950,86	94.829.646,31
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.987.725.025,11	2.805.324.359,00
10 - SAÚDE	2.734.637.257,84	2.672.976.751,02
11 - TRABALHO	1.868.790,96	396.870,14
12 - EDUCAÇÃO	2.120.515.961,86	2.078.466.397,89
13 - CULTURA	33.109.156,97	35.997.857,94
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	584.679.945,44	574.037.415,41
15 - URBANISMO	8.166.582,52	8.733.422,81
16 - HABITAÇÃO	357.021,88	1.080.900,00
17 - SANEAMENTO	1.248.081,78	11.200,62
18 - GESTÃO AMBIENTAL	50.976.196,19	80.894.534,97
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	68.795.719,68	73.632.455,61
20 - AGRICULTURA	179.660.645,74	181.280.652,82
22 - INDÚSTRIA	8.856.017,49	9.239.454,03
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.095.384,42	30.228.550,56
24 - COMUNICAÇÕES	12.163.674,10	11.771.865,98
26 - TRANSPORTE	264.678.811,61	214.301.775,04
27 - DESPORTO E LAZER	17.172.003,00	19.875.643,78
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	384.035.628,66	242.592.072,87
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	14.497.219.809,45	13.875.308.949,47

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 3 – QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Exercício: 2019

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	297.994.368,45	290.438.869,95
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	39.823.646,02	32.310.074,67
Outros Encargos da Dívida	2.186.519,82	5.503.506,98
Total dos Juros e Encargos da Dívida	340.004.534,29	328.252.451,60

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício: 2019

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

Especificação	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldos Iniciais	245.866.365,33	354.337,02	0,00	0,00	0,00	0,00	13.817.124.301,51	0,00	14.063.345.003,86
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.593.166.237,13	0,00	2.593.166.237,13
Aumento de Capital	0,00	-45.395,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-45.395,71
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-67.025.691,83	0,00	-67.025.691,83
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.534.144,84	0,00	0,00	16.534.144,84
Dividendos a Distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Finais	245.866.365,33	308.941,31	0,00	0,00	0,00	16.534.144,84	16.343.264.846,81	0,00	16.605.974.298,29

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



2019

▶▶▶ *Balanço Geral*



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda